



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

SÃO PAULO – SP
2016



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno por meio da Portaria CGU nº 500/2016.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

- Caixa Econômica Federal – Caixa (Administradora do FI-FGTS)

SÃO PAULO – SP
2016



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A.a. – Ao ano

AL – Alagoas

ALUPAR HOLDING – Alupar Investimento S.A.

AM – Amazonas

AP – Amapá

Art. – Artigo

AUDIR/SP - Auditoria Regional de São Paulo/SP

AUDIT – Auditoria Geral

BA - Bahia

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRADO LP – Brado Logística e Participações S.A.

BRASILTERM – Brasilterm Participações S.A.

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Caixa – Caixa Econômica Federal

CAPEX - *Capital Expenditure*

CCFGTS – Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias S.A.

CE - Ceará

CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CGU – Controladoria Geral da União

Cia - Companhia

CI FI-FGTS – Comitê de Investimentos do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CONE – Cone S.A.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DF – Distrito Federal

DN – Decisão Normativa

EEVP – Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

EIG – Global Energy Partners

ELETOBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

EPESA – Central Elétrica de Pernambuco S.A

ES – Espírito Santo

FGCN - Fundo Garantidor da Construção Naval

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIC – Fundo(s) de Investimento em Cotas

FIDC – Fundo(s) de Investimento em Direitos Creditórios

FIDC ENERGISA IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados IV
Energisa Centro Oeste

FII – Fundo(s) de Investimento Imobiliário

FIP – Fundo(s) de Investimento em Participações

FIP LOGÍSTICA - Fundo de Investimento em Participações Caixa Integração Logística

FIP SANEAMENTO – Caixa Fundo de Investimento em Participações Saneamento

FI-FGTS - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GO - Goiás

HIDROTERMICA ON – Hidrotérmica S.A.

HIDROTERMICA PN – Hidrotérmica S.A.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIA - *The Institute of Internal Auditors*

IIA Brasil - Instituto de Auditores Internos do Brasil

IN – Instrução Normativa

Km - Quilômetro

LIGHT – Light Energia S.A. / Light Serviços de Eletricidade S.A

MA – Maranhão

Mercosul - Mercado Comum do Sul

MESA – Madeira Energia S.A.

MG – Minas Gerais



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

MRS – MRS Logística S.A.

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

MW - Megawatt

NEOENERGIA – Teles Pires Participações S.A.

OTP – Odebrecht Transport S.A.

PA – Pará

PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PB - Paraíba

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PE – Pernambuco

PI – Piauí

PIB – Produto Interno Bruto

PLDFT – Prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo

PPP – Parceria Público-Privada

PR – Paraná

RA – Relatório de Auditoria

REFI – Relatório Final de Investimento

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO - Rondônia

ROPI – Relatório de Oportunidade Prévia de Investimento

RS – Rio Grande do Sul

SAESA – Santo Antônio Energia S.A.

SC – Santa Catarina

SE - Sergipe

SETE BRASIL – Sete Brasil Participações S.A.

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SP – São Paulo

SPE – Sociedade de Propósito Específico

SIGMA3 – Sistema de Informações, Gerenciamento e Monitoramento de Ativos de Terceiros



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

SIIMA – Sistema de Investimento e Monitoramento de Ativos

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCU – Tribunal de Contas da União

TO - Tocantins

TPF – Título Público Federal

TR – Taxa Referencial

UHE – Usina Hidrelétrica

UPC – Unidade Prestadora de Contas

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

UTE – Usina Termelétrica

VIARONDON – ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

VITER - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros

VTC – Valor Total Comprometido

VTS – Valor Total Subscrito

WPE - Wind Power Energia S.A.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Organograma Funcional	19
Ilustração 2 - Distribuição Percentual dos Investimentos do FI-FGTS por Região	33
Ilustração 3 - Geração de empregos por região	34

TABELAS

Tabela 1 – Ativos por instrumento	30
Tabela 2 – Investimentos nos Setores de acordo com Regulamento	31
Tabela 3 – Ativos por setor	32
Tabela 4 - Recebimentos pelo FI-FGTS no exercício de 2015	71

QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual	16
------------------------------------------------------------------------	----



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice I – Indicadores de Desempenho Socioeconômico e o Resultado da Avaliação do Impacto Socioeconômico das Operações do FI-FGTS	81
Apêndice II – Tabela - Evolução das Integralizações do FGTS e do FI-FGTS.....	84

ANEXOS

Anexo I - Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 do FI-FGTS, Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras	87
Anexo II - Resolução CCFGTS nº 820, de 30 de agosto de 2016	127



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	3
LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS	7
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS.....	8
1. APRESENTAÇÃO.....	12
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	16
2.1. Finalidade e Competências	16
2.2. Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do FI-FGTS	17
2.3. Breve histórico do FI-FGTS	17
2.4. Organograma.....	18
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	20
3.1. Planejamento Organizacional	20
3.1.1. Política de Investimento do FI-FGTS	22
3.2. Descrição sintética dos objetivos do FI-FGTS no exercício.....	25
3.3. Desempenho Operacional	28
3.3.1. Portfólio de investimentos do FI-FGTS no exercício de 2015	30
3.3.2. Distribuição regional e geração de empregos	32
3.3.3. Indicadores de Desempenho Socioeconômico e o Resultado da Avaliação do Impacto Socioeconômico das Operações do FI-FGTS	34
3.3.4. Relação dos Projetos e Ativos no Exercício de 2015.....	35
3.3.4.1. BNDES.....	36
3.3.4.2. SETE BRASIL.....	37
3.3.4.3. SANTO ANTONIO	38
3.3.4.4. ODEBRECHT TRANSPORT	39
3.3.4.5. VLI.....	40
3.3.4.6. ODEBRECHT AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES	41
3.3.4.7. ELDORADO.....	42
3.3.4.8. OAS ÓLEO E GÁS.....	43
3.3.4.9. PRUMO LOGÍSTICA	44



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.10.NEOENERGIA - TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	45
3.3.4.11.FIDC ENERGISA IV	46
3.3.4.12.CCR NOVA DUTRA	47
3.3.4.13.ENERGISA	48
3.3.4.14.ENERGIMP	49
3.3.4.15.CONE.....	50
3.3.4.16.FIP SANEAMENTO	51
3.3.4.17.ALL	52
3.3.4.18.LIGHT.....	53
3.3.4.19.ALUPAR HOLDING	54
3.3.4.20.BRADO LP	55
3.3.4.21.HIDROTERMICA ON e PN	56
3.3.4.22.MDCPAR.....	57
3.3.4.23.J. MALUCELLI	58
3.3.4.24.ALUPAR INVESTIMENTOS (UHE FERREIRA GOMES)	59
3.3.4.25.VIARONDON	60
3.3.4.26.BRASILTERM	61
3.3.4.27.FIP LOGÍSTICA.....	62
4. GOVERNANÇA.....	63
4.1. Descrição das estruturas de governança.....	63
4.2. Gestão de riscos e controles internos	65
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	68
5.1. Canais de acesso do cidadão e Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	68
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DO FI-FGTS ...	70
6.1. Desempenho Financeiro do exercício de 2015	70
6.1.1 Rentabilidade do FI-FGTS.....	72
6.1.2 Remuneração da Administradora do FI-FGTS	74
6.2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas elaboradas de acordo com legislação específica.....	75
6.2.1 Parecer da Auditoria Independente	76
6.2.2 Base para opinião do Auditor Independente do Fundo (KPMG Auditores Independentes)	77



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

7.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	78
7.1.	Gestão de Pessoas e estrutura de pessoal da unidade.....	78
7.2.	Gestão de Tecnologia da Informação e principais sistemas de informação	78
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	79
8.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	79
8.2.	Tratamento de determinações e recomendações da CGU.....	79
9.	APÊNDICES E ANEXOS	81



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar os resultados da administração do FI-FGTS e está estruturado conforme a Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa - TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, a Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, e a Portaria CGU nº 500, de 08 de março de 2016.

O Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, estabelece que o FI-FGTS deverá apresentar Relatório de Gestão, classificado como Individual, até a data limite de 31 de julho de 2016.

A sequência de informações desse relatório obedece a estrutura de conteúdo definida no e-Contas, nos termos da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, e as especificidades do FI-FGTS, que se constitui como um fundo de investimento de natureza privada sujeito às regras de mercado impostas pela CVM.

Neste sentido, o leitor encontrará no decorrer deste documento informações, análises e comentários sobre resultados e ações de gestão realizados ao longo da existência do Fundo, inclusive durante o exercício de 2015.

O conteúdo abordará a visão geral sobre a atuação do FI-FGTS, sua finalidade e competências, as normas e regulamentos que regem seu funcionamento, o organograma, o planejamento organizacional e os objetivos do exercício, bem como informações sobre o desempenho operacional alcançado pela gestão.

Além disso, serão apresentadas as estruturas de governança, a gestão de riscos e controles internos, as informações sobre o relacionamento com a sociedade, como os canais de acesso do cidadão e os mecanismos de transparência, bem como informações sobre o desempenho financeiro, incluindo a rentabilidade e as demonstrações contábeis e notas explicativas do exercício.

Por fim, serão apresentadas as informações sobre a conformidade da gestão e tratamento das determinações e recomendações de órgãos de controle.

Para os itens e subitens atribuídos no sistema e-contas cujo conteúdo requerido não se aplica ao contexto do FI-FGTS as justificativas foram apresentadas conforme orientações presentes no sistema e-contas, nos termos da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015.

Desde a criação do FI-FGTS em 2008 até o final do exercício de 2015 o FGTS integralizou em cotas do FI-FGTS um montante equivalente a aproximadamente R\$ 22,9 bilhões. Ao final de 2015 o FI-FGTS atingiu um Patrimônio Líquido equivalente a R\$ 30,9 bilhões representado por diversos investimentos nos setores de energia, ferrovia, rodovia, hidrovias, saneamento e portos. Entre a criação do Fundo e o final do exercício de 2015 a cota do FI-FGTS apresentou uma rentabilidade acumulada de aproximadamente 53%.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Importante destacar que ao longo de sua existência os investimentos da carteira do FI-FGTS já retornaram para o Fundo aproximadamente R\$ 11,9 bilhões na forma de pagamento de juros, amortizações, distribuições de dividendos dentre outros. Parte desses recursos foi reinvestida em novos projetos que contribuem para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento do país.

Durante o ano de 2015 o FI-FGTS investiu em um novo projeto do setor de rodovias, por meio de debêntures, cujos recursos comprometidos somam a monta de R\$ 610 milhões, descrito detalhadamente no item 3.3.

No exercício de 2015 foram efetivamente desembolsados pelo FI-FGTS recursos da ordem de R\$ 794,6 milhões relativos ao novo investimento supracitado e a desembolsos remanescentes referentes a projetos já investidos.

Considerando os investimento e os desembolsos apresentados acima, destacamos as seguintes realizações ocorridas ao longo do ano de 2015:

- Continuidade dos desembolsos para projetos de infraestrutura nos setores previstos no Regulamento, com destaque para empreendimentos de energia e rodovia, e das análises e aprovações de novos projetos que poderão compor a carteira do FI-FGTS;
- Busca da preservação das condições econômico-financeiras dos ativos investidos num contexto de cenário econômico adverso;
- Atuação com o intuito de resguardar os interesses e preservar ao máximo os direitos do FI-FGTS, em processo de reestruturação de ativos;
- Homologação e integração do Sistema Informatizado de Gestão – SIGMA3 ao ambiente corporativo tecnológico da ambiência da Caixa, o qual foi centralizado em nova estrutura computacional de maior confiabilidade (“Datacenter”) e otimizado com o desenvolvimento pela Tecnologia da Caixa Econômica Federal do SIIMA;
- Aprimoramento das medidas de transparência do FI-FGTS com a divulgação no sítio do FI-FGTS do calendário, ordem do dia e extrato da ata das reuniões do Comitê de Investimento do FI-FGTS, sem prejuízo da confidencialidade inerente à atuação do FI-FGTS enquanto fundo de investimento sujeito às regras de mercado estabelecidas pela CVM;
- Priorização de investimento via instrumento de dívida, tal como subscrição de debêntures;
- Desenvolvimento e implementação de medidas de aprimoramento no processo de governança e compliance, especialmente em relação à Lei Anticorrupção e à prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo (PLDFT),



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

tanto na avaliação de novos investimento, quanto na gestão dos ativos investidos;

- Utilização de ferramenta de segurança da informação para encaminhamento de documentos não públicos aos membros do Comitê de Investimento contendo requisitos de segurança e criptografia que permitem o controle de manuseio e captura de informações pelos membros do Comitê e integrantes da equipe de gestão, a qual foi desenvolvida no exercício de 2015;
- Avaliação e atribuição, pela Controladoria Geral da União, por meio de seu Relatório Anual de Contas, de nível “Avançado” de maturidade dos sistemas de controles internos do FI-FGTS, através da avaliação de 5 elementos: (1) ambiente de controle; (2) avaliação de risco; (3) atividades de controle; (4) informação e comunicação e (5) monitoramento na Auditoria Anual de Contas;
- Efetiva atuação, com o objetivo de resguardar os interesses do FI-FGTS, diante da situação econômico-financeira e da reestruturação da Sete Brasil Participações S.A., mediante a declaração de vencimento antecipado das debêntures subscritas pelo fundo e acionamento da garantia prestada pelo Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN), o que resultou no recebimento, no primeiro semestre de 2016, de ações do Banco do Brasil (BBAS3)¹ no valor de R\$ 969 milhões como pagamento parcial para o FI-FGTS, mesmo em um cenário de deterioração da situação econômico-financeira da companhia; ;
- Continuidade da participação relevante do FI-FGTS nos setores nos quais atua e na geração de empregos por meio da participação do fundo na viabilização de diversos projetos de infraestrutura distribuídos por todo o território nacional;

No tocante às principais dificuldades enfrentadas pelo FI-FGTS no exercício de 2015 podem ser citadas as seguintes:

- Retração econômica no exercício de 2015, com deterioração da situação fiscal, restrições de crédito e redução de investimento, o que impactou as condições financeiras das companhias, trazendo dificuldades tanto a gestão quanto a prospecção de ativos de infraestrutura;
- Dificuldades enfrentadas pelo setor de infraestrutura, decorrente da situação dos grupos que atuam ou atuavam no setor no período, impactados pela deterioração de sua situação financeira e pelo suposto envolvimento em

¹ Conforme especificado nas Demonstrações Financeiras do FI-FGTS em 29 de abril de 2016, o preço das ações do Banco do Brasil BBAS3 foi de R\$ 22,11, sendo o FI-FGTS detentor de 68.506.737 dessas ações, o montante consolidado do valor de mercado da posição detida pelo fundo era de aproximadamente R\$ 1,515 bilhão. Quando houver a negociação dessas ações o seu preço poderá ter se modificado, de modo que não há garantias quanto à rentabilidade de tais ações.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

práticas de corrupção, o que ocasionou a redução do número de novos projetos disponíveis para prospecção pelo FI-FGTS;

- Revisões generalizadas das classificações de rating das companhias e emissões motivadas pelo cenário econômico e pelas revisões do rating soberano brasileiro, que retomou a escala especulativa por algumas agências de classificação internacionais;
- Originação de projetos no setor de hidrovias;
- Acultramento das companhias aos controles constantemente aperfeiçoados por esta UPC;
- Adaptação à nova ferramenta de segurança da informação para encaminhamento de documentos não públicos;



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, criado por autorização da Lei nº. 11.491, de 20 de junho de 2007, é constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº. 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS, sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, regido por um Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Trata-se, portanto, de um fundo de investimento que não dispõe de personalidade jurídica e de estrutura administrativa e operacional próprias, com administração e gestão realizadas pela Caixa.

O Quadro 1 abaixo apresenta as informações básicas de identificação do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS.

Quadro 1 - Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço			
Denominação Abreviada: FI-FGTS			
Natureza Jurídica: Clube/Fundo de Investimento			CNPJ: 09.234.078/0001-45
Principal Atividade: Fundos de investimentos, exceto previdenciários e imobiliários			Código CNAE: 64.70-1-01
Administradora: Caixa Econômica Federal - Caixa			
Telefones/Fax de contato:		(11) 3555-6350	(11) 3555-6378 (11) 3555-0935
Endereço Eletrônico: viter@caixa.gov.br, sufes@caixa.gov.br, geafe@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.fgts.gov.br/trabalhador/fi_fgts.asp			
Endereço Postal: Avenida Paulista, 2300, 11º andar – Cerqueira César – São Paulo – SP – CEP 01310.300			

2.1. Finalidade e Competências

O FI-FGTS tem por finalidade investir em ativos de infraestrutura no Brasil, visando promover o desenvolvimento do país, por meio da ampliação da capacidade instalada dos setores de rodovia, ferrovia, hidrovias, porto, saneamento, energia e aeroporto, conforme seu Regulamento.

O FI-FGTS não se caracteriza como órgão ou entidade da administração direta ou indireta do Poder Executivo. Trata-se de um fundo de investimento desprovido de personalidade jurídica e de estrutura administrativa e operacional próprias. A Lei nº 11.491/2007, estabeleceu que a Caixa seria a responsável pela gestão e administração do patrimônio do FI-FGTS, além de representá-lo judicial e extrajudicialmente.

O objetivo do FI-FGTS é proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, na reforma, na ampliação ou na implantação de projetos de infraestrutura nos setores de rodovia, porto, hidrovias, ferrovia, aeroporto, energia, saneamento e em empreendimentos complementares a estes, conforme previsto em seu Regulamento. O Fundo também poderá participar de projetos contratados sob a forma de Parcerias Público-Privadas (PPP), desde que atendidas as condições estabelecidas no Regulamento.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

O FI-FGTS recebe aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e está autorizado pela Resolução do CCFGTS nº 617, de 15 de dezembro de 2009, a receber recursos do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS, o qual encontra-se em fase de negociação junto à CVM com vistas a otimizar o processo de estruturação.

Destaca-se que o FI-FGTS realiza investimentos nos setores-alvo por meio de instrumentos de dívida e de participação societária, conforme dispõe a política de investimentos contida em seu Regulamento, não se enquadrando como um Agente Financiador ou Ente Creditício, mas sim como um Agente Investidor, que se sujeita às regras de mercado estabelecidas pela CVM.

2.2. Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do FI-FGTS

Abaixo são identificadas as principais normas e/ou regulamentos de criação, alteração e funcionamento do FI-FGTS:

- Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências
- Instrução CVM Nº 462, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- Resolução do CCFGTS nº 553, de 20 de dezembro de 2007, que aprova o Regulamento do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, e demais Resoluções que a alteram
- Regulamento do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
- Demais Resoluções do CCFGTS que tratam do FI-FGTS

2.3. Breve histórico do FI-FGTS

O FI-FGTS foi instituído pela Medida Provisória nº 349 de 2007, a qual foi convertida na Lei nº 11.491 de 2007 e também é disciplinado pela Instrução CVM nº 462 de 2007, por seu Regulamento e por resoluções do Conselho Curador correlatas. Conforme Exposição de Motivos da Medida Provisória a criação do FI-FGTS buscava ampliar e alavancar as aplicações em novos empreendimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, porto e saneamento, com possibilidade de distribuição dos resultados aos trabalhadores ou, alternativamente, mediante participação direta do trabalhador nos resultados dos investimentos, por meio de saque de parte de sua conta vinculada.

O direcionamento dos recursos para o setor de infraestrutura tinha como objetivo superar a baixa taxa de investimento no setor, a qual não apenas prejudica a competitividade da economia nacional como implica em gargalos que inviabilizam ciclos de crescimento. Desta forma, se reconheceu que os investimentos expressivos na expansão e recuperação da infraestrutura são condição indispensável para viabilizar um período de crescimento sustentado do País.



MINISTÉRIO DO TRABALHO FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Com a criação do FI-FGTS ampliou-se o escopo e as formas de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia, que passaram a ser realizadas, também, nestes empreendimentos do setor de infraestrutura por meio de instrumentos do mercado de capitais, conforme políticas, diretrizes e condições aprovadas pelo Conselho Curador.

Esta utilização de parte dos recursos do FGTS no mercado de capitais era uma demanda de vários agentes, inclusive organismos internacionais. Restrições regulamentares e ausência de projetos que aliassem a manutenção do papel social do FGTS com o seu direcionamento ao mercado de capitais só foram superadas com o início das atividades do FI-FGTS, que criou condições de aproveitamento das oportunidades de investimento e se tornou relevante para o desenvolvimento do país.

O primeiro Regulamento do FI-FGTS foi aprovado por meio da Resolução do CCFGTS nº 553, de 20 de dezembro de 2007, representando a constituição do FI-FGTS como um Fundo de Investimento com patrimônio próprio, segregado do patrimônio do FGTS, e com administração e gestão realizadas pela Caixa.

Em 2008 o FI-FGTS realizou seu primeiro investimento, sendo que até o exercício de 2015 cerca de R\$ 29,5 bilhões já haviam sido comprometidos com projetos de infraestrutura elegíveis. Tais investimentos se converteram em obras que geraram milhares de empregos e contribuíram significativamente para que grandes obras de infraestrutura, imprescindíveis ao desenvolvimento do País, fossem iniciadas, mesmo sob condições econômicas adversas em alguns períodos.

2.4. Organograma

O FI-FGTS não se caracteriza como órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, é um fundo de natureza privada, que não dispõe de personalidade jurídica e de estrutura administrativa e operacional próprias e segue os preceitos definidos por dois órgãos colegiados de caráter deliberativo, a saber: (i) Conselho Curador do FGTS e (ii) Comitê de Investimentos do FI-FGTS.

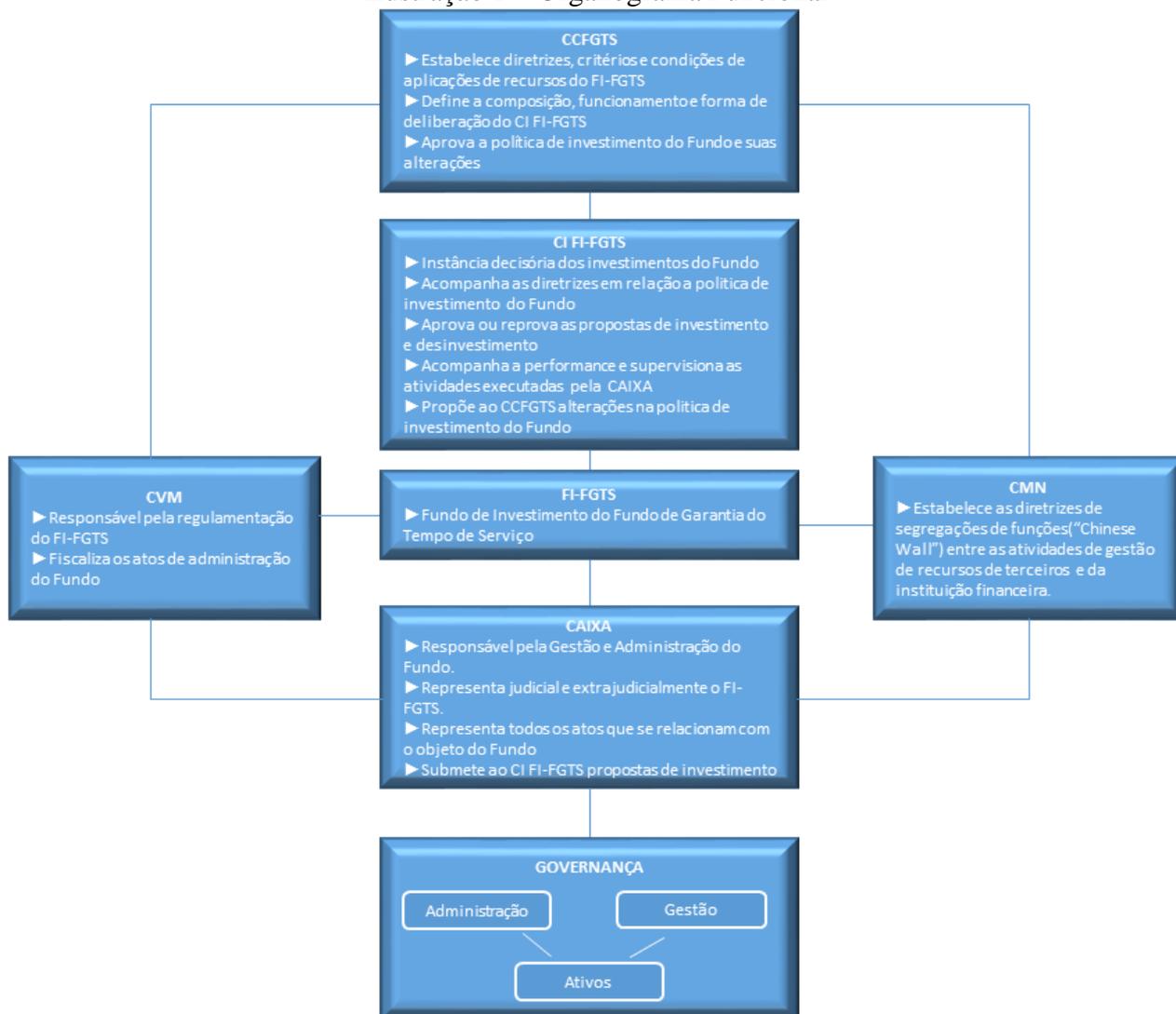
A Caixa é responsável pela administração do FI-FGTS, que é disciplinado e fiscalizado pela Instrução CVM 462 de 26 de novembro de 2007, e que observa as diretrizes do CMN no tocante ao *Chinese Wall*² e, por isso, é administrado e gerido pela VITER - área de administração e gestão de recursos de terceiros da Caixa.

² A Resolução/Conselho Monetário Nacional nº 2.451, de 27 de novembro de 1997, estabeleceu a segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Ilustração 1 – Organograma Funcional





MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1. Planejamento Organizacional

O FI-FGTS é regido por seu Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e tem por finalidade investir na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos em infraestrutura dos setores de rodovia, ferrovia, aeroporto, porto, hidrovía, energia e saneamento, bem como em atividades econômicas representadas por empreendimentos de infraestrutura complementares ao funcionamento finalístico da atividade-matriz.

Conforme consta em seu Regulamento, o FI-FGTS tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos nos termos de sua Política de Investimento, a qual estabelece diretrizes e prevê limites de diversificação por setor, por emissor, por empreendimento e por ativos financeiros, bem como os riscos associados aos investimentos.

Dada a natureza dos recursos utilizados para a criação do FI-FGTS, outro aspecto considerado relevante para as decisões de investimento são os benefícios que os projetos avaliados poderão trazer, como, por exemplo, a sua contribuição para a geração de empregos, a capacidade de fomento da economia no longo prazo, além da possibilidade de melhoria da competitividade nacional e qualidade de vida da população.

Nos projetos investidos pelo FI-FGTS também são levados em consideração: a quantidade de energia a ser gerada, distribuída ou transportada em relação à capacidade instalada existente; o volume de carga transportada, movimentada e/ou armazenada comparativamente ao volume de carga transportada em ferrovias no país, a malha rodoviária pavimentada atendida comparativamente à malha rodoviária nacional, a população beneficiada, bem como a quantidade de empregos que serão gerados com a implantação de tais empreendimentos, entre outros resultados que contribuam para o aumento da disponibilidade de infraestrutura adequada ao desenvolvimento do Brasil.

Desta forma, as decisões de realizar os investimentos são sempre baseadas na necessidade de aumento da capacidade de infraestrutura para atender ao futuro crescimento econômico do país. Leva-se em consideração uma adequada relação entre os riscos observados e os retornos estimados, assim como os benefícios socioeconômicos e os impactos sobre o meio ambiente. Também são realizadas análises das questões legais e de conformidade. Assim, é permanente a estratégia de atuação consubstanciada em decisões voltadas à aplicação de recursos para atendimento das necessidades de crescimento da economia brasileira e retorno social.

O portfólio de ativos investidos pelo FI-FGTS, por sua vez, permanece sob constante monitoramento, os projetos são acompanhados, bem como o cumprimento das obrigações assumidas pelas Companhias investidas. Este monitoramento permanente também envolve observar o contexto de mercado e seus impactos sobre as empresas investidas, bem como a capacidade da empresa em



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

arcar com o custo da dívida, dentre outras funções, sempre resguardando os interesses do FI-FGTS conforme premissas norteadas por seus regimentos.

Considerando a persistência do cenário econômico mais adverso e a constante necessidade de atuar com ainda mais eficiência na gestão, o FI-FGTS buscou obter competitividade de sua carteira e participação junto aos melhores projetos no exercício de 2015, sempre alinhado com os requisitos de seu Regulamento. Estabeleceu-se como objetivos estratégicos para o exercício de 2015 diversas ações com a finalidade de alcançar os objetivos do FI-FGTS, dentre os quais destacamos:

- Acompanhar e tentar antecipar-se às mudanças de mercado com especial atenção aos setores em evidência e aos instrumentos mais utilizados, de modo a propor estruturas de investimento para projetos viáveis economicamente e relevantes para a infraestrutura nacional;
- Atuar com maior sinergia junto às instituições de fomento e desenvolvimento para fazer frente à conjuntura econômica atual;
- Periodicamente revisar o quantitativo de recursos materiais e humanos e otimizar e racionalizar processos;
- Sistemáticamente analisar os controles internos, especialmente os relacionados às informações dos investimentos, de modo a sempre garantir a obtenção de informações confiáveis e tempestivas;
- Consolidar o relacionamento do FI-FGTS com as entidades de classe da infraestrutura nacional com o objetivo de fomentar novas oportunidades de investimento;
- Acompanhar os principais eventos que possam impactar os setores alvo do fundo, os projetos em análise e os ativos investidos.

A gestão do FI-FGTS no exercício de 2015 observou os objetivos estratégicos estabelecidos acima, adotando as seguintes estratégias e identificando alguns riscos, os quais são detalhados abaixo:

- Acompanhamento permanente do setor de infraestrutura, com análise dos cenários de seus diferentes segmentos e das oportunidades de investimentos disponíveis, com especial atenção a eventuais riscos associados ao cenário econômico adverso e seus possíveis impactos na carteira do FI-FGTS;
- Análise das oportunidades de investimento apresentadas ao fundo e proposição, quando necessário, de alternativas de estrutura que estejam mais alinhadas aos cenários mapeados e aos objetivos do FI-FGTS, com especial atenção para a mitigação de riscos;



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

- Aprimoramento dos sistemas de informação disponíveis à gestão do FI-FGTS com o objetivo de otimizar e racionalizar processos, especialmente com a homologação e integração ao ambiente corporativo da ambiência da Caixa do SIGMA3, bem como sua disponibilização em estrutura computacional de maior confiabilidade (“Datacenter”) e, por fim, o desenvolvimento pela Tecnologia da Caixa Econômica Federal do SIIMA;
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de prestação periódica de informações pelas companhias investidas, de modo a sempre garantir a obtenção de informações confiáveis e tempestivas;
- Desenvolvimento e implementação de medidas de aprimoramento no processo de governança e compliance, especialmente em relação à Lei Anticorrupção e à prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo (PLDFT), tanto na avaliação de novos investimento, quanto na gestão dos ativos investidos;

Destaca-se que o FI-FGTS, enquanto fundo de natureza privada atuando como agente investidor está exposto, de forma não taxativa, a riscos de mercado, de crédito e de liquidez, entre outros, conforme exposto em seu Regulamento. No exercício de 2015 merece especial atenção as alterações nas condições econômicas e políticas nacionais que impactaram sobremaneira o setor de infraestrutura, sendo que sobressaíram: (i) a retração do produto interno bruto no exercício, (ii) deterioração da situação fiscal mesmo em um cenário de ajuste fiscal pelos governos federal, estaduais e municipais, (iii) a queda na taxa de investimento no exercício, (iv) as restrições de crédito, exemplificada pela desaceleração do crédito do SFN e queda nas aprovações e desembolsos do BNDES em 2015 e, por fim, (v) as revisões generalizadas das classificações de rating das companhias e emissões motivadas por este cenário e pelas revisões do rating soberano brasileiro, que retomou a escala especulativa por algumas agências de classificação internacionais.

Este contexto traz reflexos imediatos para a gestão do FI-FGTS, direcionando a atuação do gestor na análise de novas oportunidades de investimento, bem como sua atuação na gestão do portfólio atual, buscando preservar as condições econômico-financeiras dos ativos investidos e, portanto, resguardar os interesses de longo prazo do FI-FGTS.

Não obstante o cenário adverso apresentado acima, manteve-se no exercício de 2015 a estratégia de atuação dos exercícios anteriores, buscando oportunidades de longo prazo para aplicação dos recursos disponíveis de forma a atender as necessidades de um novo ciclo de crescimento da economia brasileira.

3.1.1. Política de Investimento do FI-FGTS

A Caixa, na qualidade de administradora e gestora, tem sua atuação alinhada aos parâmetros estabelecidos na Política de Investimento do FI-FGTS, sendo que seu mandato



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

precipuamente busca imprimir em cada ativo determinadas características e parâmetros de referência sendo que também se imprime no monitoramento de cada ativo o que estabelece a política de investimento de forma que a avaliação do resultado atenda satisfatoriamente os objetivos do FI-FGTS estabelecidos em seu Regulamento.

A política de investimento supracitada, prevista no Regulamento, estabelece diretrizes e prevê limites de diversificação por setor, por emissor, por empreendimento e por ativos financeiros, conforme o disposto a seguir:

- O limite de concentração por setor será de até 40% do Valor Total Comprometido do FI-FGTS.

- A exigência mínima de capital do próprio empreendedor será de 10% do valor total do empreendimento.

- Na categoria ativos financeiros e/ou participações, o FI-FGTS pode realizar investimentos nas seguintes modalidades:

- a) Instrumentos de participação societária;
- b) Debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa;
- c) Cotas de fundo de investimento imobiliário;
- d) Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios;
- e) Cotas de fundo de investimento em participações;
- f) Certificados de recebíveis imobiliários;
- g) Contratos derivativos; e
- h) Títulos públicos federais.

- Os limites de composição e diversificação por classe de ativos são:

- a) até 50% do Valor Total Comprometido do FI-FGTS em ativos que representem participação, sendo que deste total:

- i) até 100% em Instrumentos de Participação Societária;
- ii) até 50% em cotas de Fundos de Investimento em Participações;
- iii) até 25% em cotas de Fundos de Investimento Imobiliário.

- b) até 100% do Valor Total Comprometido do FI-FGTS em ativos que representem Instrumentos de Dívida, sendo que deste total:

- i) até 100% em debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa;
- ii) até 50% em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados;
- iii) até 25% em Certificados de Recebíveis Imobiliários.



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

- A participação em cada instrumento de participação societária não poderá representar mais do que 20% do Valor Total Comprometido do FI-FGTS;
- A aquisição de instrumentos de dívida de um único emissor não poderá representar mais do que 20% do Valor Total Comprometido do FI-FGTS.
- A aquisição de cotas de um único Fundo de Investimento Imobiliário ou Fundo de Investimento em Participações não poderá representar mais do que 10% do Valor Total Comprometido do FI-FGTS.
- A aplicação em ativos financeiros de responsabilidade da Administradora, ou de empresa ligada, será de até 100% do Valor Total Comprometido, observados os limites aplicáveis a cada classe de ativos e a cada ativo individualmente.
- As aplicações em empreendimentos controlados pelo mesmo grupo econômico não poderão exceder 30% do Valor Total Comprometido do FI-FGTS.
- O percentual máximo que poderá ser alocado em Instrumentos de Dívida será de até 90% do valor total de cada empreendimento. Sendo que o percentual alocado será de até 100% do patrimônio líquido do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios investido, desde que sua administração seja realizada pela Caixa Econômica Federal exclusivamente para estruturar o FIC FI-FGTS.
- O percentual máximo alocado será de até 30% do valor total do empreendimento, ou 30% do patrimônio líquido do Fundo, quando o investimento for realizado em Instrumentos de Participação ou FIP, respectivamente. O percentual alocado será de até 100% do patrimônio líquido do Fundo de Investimento em Participações investido, desde que sua administração seja realizada pela Caixa Econômica Federal, hipótese em que não haverá cobrança de Taxa de Administração sobre a gestão de tal instrumento.

A aplicação em debêntures simples de emissão do BNDES ou de suas subsidiárias, emitidas especialmente, até o limite de R\$ 7 bilhões, não se sujeitam aos parâmetros, limites estabelecidos no parágrafo sexto do artigo 6º, no artigo 10 e seus parágrafos 1º a 7º, no artigo 11 e no artigo 12 do Regulamento. O FI-FGTS também poderá adquirir, excepcionalmente, debênture simples do BNDES ou suas subsidiárias, emitida especialmente para sua aquisição, até o limite de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), não se submetendo este investimento aos parâmetros insertos no § 5º do art. 10, art. 12 e § 1º do art. 13 do Regulamento.

Os investimentos, tanto em dívida como em instrumentos de participação societária, exigem que as demonstrações contábeis anuais das sociedades sejam auditadas por auditor independente registrado e autorizado pela CVM para realizar tal serviço.

Os investimentos em dívida deverão contar com garantias tais como penhor das ações, fiança bancária, aval ou fiança dos sócios, recebíveis, contratos de fornecimento garantido, ativos do empreendimento ou outras a serem negociadas, de forma a mitigar o risco da operação.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Exige-se também que as operações de dívida sejam avaliadas por agência classificadora de risco internacional com representação no Brasil e classificadas com rating mínimo, emitido por tais agências, equivalente a grau de investimento em escala nacional.

As disponibilidades do FI-FGTS são aplicadas em Títulos Públicos Federais (TPF) e/ou em operações compromissadas lastreadas em TPF.

Em adição, existem vedações para o FI-FGTS realizar qualquer operação que caracterize repasse de recursos a instituições financeiras e bancos de desenvolvimento. O repasse, conforme o parágrafo único do artigo 12 do Regulamento do FI-FGTS, consiste nas operações cujo tomador do recurso responda pelo risco perante o FI-FGTS e se utilize do recurso para operações de financiamento, o que não se aplica às debêntures do BNDES.

Por fim, quaisquer títulos, valores mobiliários e operações no mercado de derivativos, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do FI-FGTS, devem estar devidamente custodiados, registrados em contas de depósitos específicas, abertas diretamente em nome do FI-FGTS, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições autorizadas à prestação de serviços de custódia pela CVM.

Diante do apresentado, todos os investimentos realizados pelo Fundo estão devidamente enquadrados a essas regras.

3.2. Descrição sintética dos objetivos do FI-FGTS no exercício

Dentre os planos estabelecidos para o exercício de 2015 destacam-se:

- Dar continuidade aos investimentos em projetos de infraestrutura nos setores previstos no Regulamento, com destaque para empreendimentos em saneamento e logística (ferrovias, rodovias e aeroportos);
- Buscar maior sinergia no fomento à infraestrutura em complemento às fontes locais e internacionais, tais como BNDES, agências multilaterais, investidores internacionais, dentre outros;
- Realizar a manutenção e o aprimoramento do sistema de gestão e de investimentos;
- Aprimorar os indicadores e os relatórios, permitindo ainda maior transparência e publicidade aos investimentos realizados, respeitando a confidencialidade inerente às operações dessa natureza;
- Aprimorar a segurança no envio de relatório de análise, relatórios de acompanhamento e monitoramento e de informações confidenciais aos membros do CI FI-FGTS, através de ferramenta contendo requisitos de



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

segurança e criptografia que permitem o controle do manuseio e da captura da informação confidencial por cada membro do Comitê, bem como pelos integrantes da Equipe de Gestão do Fundo.

Durante o ano de 2015 o FI-FGTS investiu em um novo projeto, por meio de debêntures, cujos recursos comprometidos somam a monta de R\$ 610 milhões. Somando os desembolsos realizados a este projeto aos desembolsos remanescentes referentes a aprovações que ocorreram em exercícios anteriores foram efetivamente desembolsados pelo FI-FGTS recursos da ordem de R\$ 794,6 milhões no exercício.

Considerando os investimento e os desembolsos apresentados acima, destacamos as seguintes realizações ocorridas ao longo do ano de 2015 associadas aos planos estabelecidos acima:

- Continuidade dos desembolsos para projetos de infraestrutura nos setores previstos no Regulamento, com destaque para empreendimentos de energia e rodovia,
- Continuidade das análises e aprovações de novos projetos que poderão compor a carteira do FI-FGTS, parte destes projetos encontra-se em fase final de estruturação com previsão de desembolso ainda no primeiro semestre de 2016;
- Busca da preservação das condições econômico-financeiras dos ativos investidos, tendo em vista a continuidade do cenário econômico adverso;
- Análise de operação no setor de saneamento para o FIP Saneamento ao longo do exercício de 2015 e continuidade prevista para 2016, cumpre ressaltar que a prospecção de projetos adequados ao perfil deste FIP vinha sendo considerada uma das dificuldades do FI-FGTS nos exercícios anteriores;
- Atuação com o intuito de resguardar os interesses e preservar ao máximo os direitos do FI-FGTS, em processo de reestruturação de ativos, o que inclui o acionamento dos direitos e garantias previstas nos instrumentos contratuais sempre que necessário;
- Homologação e integração ao ambiente corporativo da ambiência da Caixa do Sistema Informatizado de Gestão – SIGMA3, o qual foi centralizado em nova estrutura computacional de maior confiabilidade (“Datacenter”) e otimizado com o desenvolvimento pela Tecnologia da Caixa Econômica Federal do SIIMA;
- Aprimoramento das medidas de transparência do FI-FGTS com a divulgação no sítio do FI-FGTS do calendário, ordem do dia e extrato da ata das reuniões do Comitê de Investimento do FI-FGTS, sem prejuízo da confidencialidade inerente às atuação do FI-FGTS enquanto fundo de investimento sujeito às regras de mercado impostas pela CVM;



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

- Priorização e investimento via operação de dívida, tal como debêntures, a exemplo do investimento realizado no setor de rodovias;
- Desenvolvimento e implementação de medidas de aprimoramento no processo de governança e compliance, especialmente em relação à Lei Anticorrupção e à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, como treinamento das equipes, aprimoramento da documentação a ser encaminhada pelas companhias e/ou assessores ao longo do processo de investimento e realização de trabalho junto aos ativos investidos para revisão e aperfeiçoamento de seus processos internos de governança e compliance;
- Utilização de ferramenta de segurança da informação para encaminhamento de documentos não públicos aos membros do Comitê de Investimento contendo requisitos de segurança e criptografia que permitem o controle de manuseio e captura de informações pelos membros do Comitê e integrantes da equipe de gestão, a qual encontra-se em utilização no exercício de 2016;
- Condução do CI FI-FGTS nos termos da revisão do Regimento Interno do Comitê de Investimentos do Fundo ocorrida no exercício que contemplou as necessidades de melhorias na governança do Fundo;
- Avaliação e atribuição, pela Controladoria Geral da União, por meio de seu Relatório Anual de Contas, de nível “Avançado” de maturidade dos sistemas de controles internos do FI-FGTS, através da avaliação de 5 elementos: (1) ambiente de controle; (2) avaliação de risco; (3) atividades de controle; (4) informação e comunicação e (5) monitoramento na Auditoria Anual de Contas; esta avaliação se deu no âmbito da Auditoria Anual de Contas e utilizaram metodologia própria, que propõe a verificação do grau de implementação de diversos componentes de controle na UPC, buscam, com isso, verificar se a qualidade e suficiência dos controles internos administrativos da UPC são capazes de garantir o atingimento de seus objetivos estratégicos;
- Efetiva atuação, com o objetivo de resguardar os interesses do FI-FGTS, diante da situação econômico-financeira e da reestruturação da Sete Brasil Participações S.A., mediante a declaração de vencimento antecipado das debêntures subscritas pelo fundo e acionamento da garantia prestada pelo Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN), o que resultou no recebimento, no primeiro semestre de 2016, de ações do Banco do Brasil (BBAS3) no valor de R\$ 969 milhões como pagamento parcial para o FI-FGTS, mesmo em um cenário de deterioração da situação econômico-financeira da companhia. Conforme especificado nas Demonstrações Financeiras do FI-FGTS em 29 de abril de 2016, o preço das ações do Banco do Brasil BBAS3 foi de R\$ 22,11, sendo o FI-FGTS detentor de 68.506.737 dessas ações, o



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

montante consolidado do valor de mercado da posição detida pelo fundo era de aproximadamente R\$ 1,515 bilhão.

No tocante às dificuldades enfrentadas pelo FI-FGTS no exercício de 2015 podem ser citadas as seguintes:

- Momento econômico adverso, caracterizado por uma retração econômica no exercício, deterioração da situação fiscal mesmo com um ajuste fiscal em curso, restrições de crédito, especialmente pelo BNDES, e redução da taxa de investimento, o que ocasiona a deterioração das condições financeiras das companhias, impactando tanto a gestão quanto a prospecção de ativos de infraestrutura, conforme exposto no item 3.1;
- Dificuldades enfrentadas pelo setor de infraestrutura, decorrente da situação dos grupos que atuam ou atuavam no setor no período, impactados pela deterioração de sua situação financeira e pelo suposto envolvimento em práticas de corrupção, o que ocasionou a redução do número de novos projetos disponíveis para prospecção pelo FI-FGTS;
- Revisões generalizadas das classificações de rating das companhias e emissões motivadas pelo cenário econômico e pelas revisões do rating soberano brasileiro, que retomou a escala especulativa por algumas agências de classificação internacionais;
- Identificação de projetos no setor de Hidrovias, considerando que costumeiramente este segmento carece de projetos no Brasil;
- Acultramento das companhias aos controles constantemente aperfeiçoados por esta UPC;
- Adaptação da equipe de gestão e dos membros do CI FI-FGTS à nova ferramenta de segurança da informação para encaminhamento de documentos não públicos, o que envolve o cadastramento para acesso à ferramenta, bem como o período de aprendizado para sua utilização;

Informações adicionais sobre o desempenho operacional do FI-FGTS serão apresentada no item 3.3. abaixo.

3.3.Desempenho Operacional

Orientado por seu Regulamento e Política de Investimento e em continuidade à política de atuar para reduzir os gargalos de infraestrutura do país, em 2015 o FI-FGTS realizou novo investimento que totalizou R\$ 610 milhões comprometidos no setor de rodovia. Considerando os montantes desembolsados a este novo investimento e os desembolsos remanescentes a investimentos



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

realizados em outros exercício, o FI-FGTS desembolsou um montante de aproximadamente R\$ 794,6 milhões no exercício de 2015.

Destaca-se que interessa ao FGTS e aos trabalhadores o investimento em infraestrutura pelo FI-FGTS. Visto que esses investimentos criam postos de trabalho, mais se justifica o investimento, tendo em vista que o FGTS ganha duplamente: primeiro, porque a ação financiada beneficia diretamente os trabalhadores, na medida em que aumenta a possibilidade de sua colocação no mercado de trabalho; segundo, porque o incremento de novos empregos aumenta a arrecadação do FGTS que, dessa forma, poderá destinar mais recursos que gerarão mais empregos, originando e sustentando um círculo virtuoso de longo prazo.

O novo investimento feito pelo FI-FGTS em 2015 foi realizado via subscrição de debêntures no valor total de R\$ 610 milhões destinados ao setor de rodovia e contemplam a modernização e a ampliação da capacidade de importante eixo rodoviário nacional que liga duas das maiores regiões metropolitanas do país, onde estão concentradas diversas atividades industriais, comerciais, de educação, tecnologia, serviços e geram grande fluxo de cargas e pessoas ao longo da rodovia. O Plano de Investimento proposto tem por objetivo principal aumentar a capacidade de tráfego da rodovia, para atender a demanda existente e a demanda futura, além de manter a rodovia em condições satisfatórias de trafegabilidade, fluidez, segurança, disponibilidade, conforto e qualidade para os usuários.

Investimentos em infraestrutura logística como esse favorecem o crescimento sustentado da economia ao reduzirem o custo com transporte, conferirem ganhos de eficiência e produtividade, os quais, repassados aos produtos, torna-os mais competitivos. Além disso, geram novos empregos diretos e indiretos nas regiões envolvidas. Desde a criação do Fundo, os investimentos nesse setor possibilitaram, em conjunto as demais fontes de financiamento dos projetos, o incremento ou modernização com aumento de capacidade de mais de 3.919 km de rodovias, o que representa uma participação do FI-FGTS no setor de 20,13%, considerando as rodovias pedagiadas.

Por fim, os desembolsos remanescentes a investimentos realizados em outros exercícios, que totalizaram aproximadamente R\$ 184,6 milhões, permitiram a continuidade de um grande projeto do setor de energia e de outro grande projeto de setor complementar ao setor de energia. Desta forma, tais recursos ajudarão a viabilizar, por exemplo, a construção e implantação da usina hidrelétrica que possuirá a capacidade instalada de mais de 3.500 MW, contribuindo para o aumento da oferta de energia elétrica, redução dos riscos de racionamento e reforço da matriz de geração renovável. A localização do investimento também contribui diretamente para a redução das desigualdades sociais regionais, gerando oportunidade de capacitação e retenção de pessoas na localidade onde o investimento foi realizado.

Com isso, desde a criação do Fundo, os investimentos no setor de energia possibilitaram, em conjunto as demais fontes de financiamento dos projetos, o incremento de mais de 25.786 MW de geração de energia elétrica, dos quais 23.605 MW de energia limpa³.

³ Considera-se como Energia Limpa: Hidrelétrica, Eólica, Solar, Termelétrica de Biomassa e Termelétrica a Gás Natural.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

No exercício de 2015 foram liquidadas por meio de resgate antecipado, por decisão da emissora, debêntures adquiridas em 2009 pelo FI-FGTS no setor de ferrovias, nos termos previstos na escritura da emissão. Os recursos investidos nesta emissão viabilizaram melhorias, reforma e ampliação de equipamentos e estruturas ferroviárias, além de modernização de sistemas e aumento de confiabilidade das operações.

3.3.1. Portfólio de investimentos do FI-FGTS no exercício de 2015

Desde o início do Fundo, até o exercício de 2015, cerca de R\$ 29,5 bilhões já foram comprometidos com projetos, montante que inclui projetos liquidados.

Ao final do exercício de 2015 o portfólio de projetos na carteira do FI-FGTS era composto por 45 ativos distribuídos em 44 projetos, os quais, em conjunto, totalizam um valor comprometido de aproximadamente R\$ 27,3 bilhões, alocados por todo o território nacional, conforme descrito no item 3.3.2.

Os instrumentos em participação representam cerca de 38% do valor comprometido com os projetos do portfólio no final de 2015, correspondente a aproximadamente R\$ 10,5 bilhões, e os instrumentos de dívidas representam cerca de 62%, aproximadamente R\$ 16,8 bilhões.

Desmembrando os instrumentos, temos então aproximadamente R\$ 15,9 bilhões em Debêntures, R\$ 0,9 bilhão em FIDC, R\$ 8,1 bilhões em Ações e R\$ 2,4 bilhões em FIP. Estes números são aproximados e compreendem os valores comprometidos com os projetos do portfólio em carteira ao final de 2015.

Considerando o desdobramento dos 45 ativos⁴ supracitados, que constituem o portfólio em carteira ao final de 2015, apresentamos a seguir tabela contendo a distribuição destes ativos por instrumentos do investimento.

Tabela 1 – Ativos por instrumento⁵

Instrumento	Quantidade
Debêntures	20
Ações	18
FIP	4
FIDC	3
Total	45

⁴ Considera-se também os ativos contabilizados como Valores a Receber nas Demonstrações Financeiras do FI-FGTS

⁵ Os itens Ações e Debêntures incluem projetos que receberam investimentos por meio destes instrumentos, mas que, por conta de eventos extraordinários, como processos de Recuperação Judicial, passaram a ser apresentados nas Demonstrações Financeiras como Valores a Receber.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Em dezembro de 2015, o Fundo contava com investimentos aproximados de R\$ 10,7 bilhões em empresas que atuam no setor de energia, R\$ 1,9 bilhões no setor de ferrovia, R\$ 2,4 bilhões em portos, R\$ 3,2 bilhões em rodovia, R\$ 0,1 bilhão em hidrovia e R\$ 1,8 bilhão em empresas do setor de saneamento, sendo considerado para o cálculo apenas os projetos em carteira e lembrando que o investimento realizado no projeto BNDES não é considerado para fins de enquadramento conforme dispõe o regulamento do FI-FGTS e que o investimento no FIP Logística, no montante de R\$ 250 milhões, ainda encontra-se em período de investimento e que, portanto, a distribuição setorial do volume investido somente estará definida quando os investimentos estiverem efetivamente aprovados pelo Comitê de Investimento do FIP, o qual conta com representação do FI-FGTS.

Tem-se a seguinte distribuição dos projetos em carteira em relação ao Valor Total Comprometido previsto em seu regulamento:

Tabela 2 – Investimentos nos Setores de acordo com Regulamento

Setor	Percentual (%)
Energia	14,6%
Rodovia	4,3%
Porto	3,3%
Ferrovia	2,6%
Saneamento	2,5%
Hidrovia	0,1%
Aeroporto	0,0%
BNDES (Art 53-A)	9,6%
Não definido	0,3%

Apresentamos abaixo tabela contendo relação entre ativos e setores investidos. Cabe esclarecer que os projetos multisetoriais foram contabilizados no setor em que ocorreu maior concentração de investimento. Ou seja, apesar de o setor de hidrovia ter recebido desembolso de R\$ 86,2 milhões no ano de 2012, não sensibilizou a quantidade de ativos no setor de hidrovia, pois o ativo foi contabilizado no setor de saneamento, o qual recebeu maior volume de recursos. Isto porque como os ativos são únicos, a classificação nos setores também pode acompanhar esta paridade. Desta forma, se há um projeto contendo dois ou mais investimentos em diferentes setores, considera-se aquele de maior volume financeiro. Além disso, o investimento no FIP Logística ainda encontra-se em período de investimento e somente será possível atribuir esta operação a um setor específico quando os investimentos estiverem efetivamente aprovados pelo Comitê de Investimento do FIP.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Tabela 3 – Ativos por setor⁶

Setor	Quantidade
Energia	26
Rodovia	6
Ferrovias	4
Porto	4
Saneamento	3
Total	43

3.3.2. Distribuição regional e geração de empregos

Os investimentos realizados pelo FI-FGTS se expandem por todo o Brasil e todas as regiões têm sido contempladas com recursos destinados a melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida da população. Em termos percentuais tem-se a seguinte distribuição por região: 20,9% na região Norte, 17,83% na região Nordeste, 7,34% na região Centro-oeste, 19,93% na região Sudeste e 8,81% na região Sul.

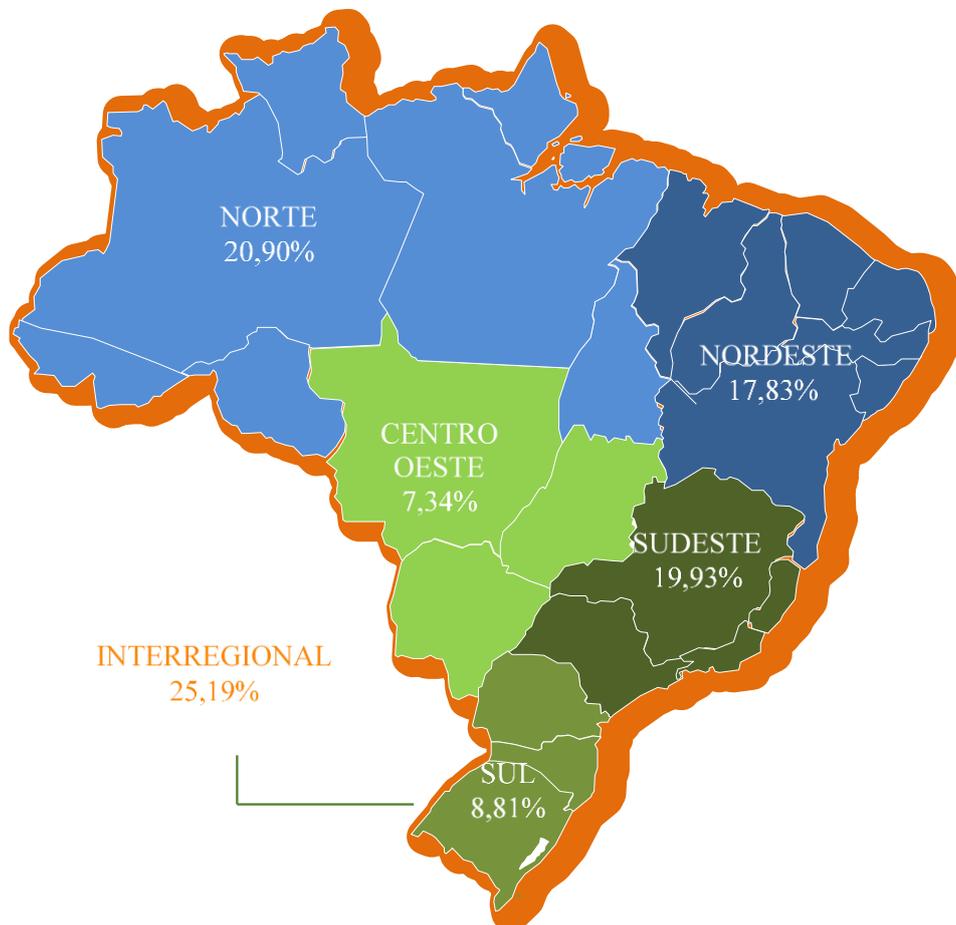
Considere-se ainda que 25,19% dos projetos são inter-regionais, ou seja, dizem respeito aos projetos que estão presentes em 2 ou mais Regiões. A democratização na distribuição dos recursos, ora alocados, reporta-nos à capilaridade dos investimentos em infraestrutura e à importância estratégica do FI-FGTS para o desenvolvimento do Brasil.

⁶ Não considera os ativos representados pelas cotas do FIP Logística, o qual ainda encontra-se em período de investimento e a distribuição setorial do volume investido somente estará definida quando os investimentos estiverem efetivamente aprovados pelo Comitê de Investimento do FIP, o qual conta com representação do FI-FGTS, e debêntures de emissão do BNDES, que não se sujeitam aos limites de concentração, na forma do Art. 53-A do Regulamento.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Ilustração 2 - Distribuição Percentual dos Investimentos do FI-FGTS por Região



Fonte: Administradora do FI-FGTS

Cabe ilustrar também que a abrangência nacional dos investimentos do FI-FGTS contribuiu para geração mais de 592.293 postos de trabalho entre empregos diretos e indiretos, desde a criação do Fundo, distribuídos regionalmente na forma ilustrada abaixo:



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Ilustração 3 - Geração de empregos por região



Fonte: Administradora do FI-FGTS e empresas investidas

3.3.3. Indicadores de Desempenho Socioeconômico e o Resultado da Avaliação do Impacto Socioeconômico das Operações do FI-FGTS

O FI-FGTS utiliza indicadores de desempenho para mensurar os resultados econômicos e sociais alcançados na gestão do Fundo.

As notas explicativas consignadas no Apêndice I apresentam as particularidades dos dados coletados junto às companhias investidas bem como as fontes de dados nacionais utilizadas para comparativo.

Assim, após a construção dos indicadores de desempenho, os instrumentos de mensuração econômica e social da gestão do FI-FGTS foram consolidados com dados de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e apresentados no Apêndice I.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4. Relação dos Projetos e Ativos no Exercício de 2015

Relacionamos a seguir, por ordem decrescente de valor investido, projetos que representam o montante acumulado superior a 90% do total de recursos comprometidos pelo FI-FGTS desde seu início, em julho de 2008. Dentre estes projetos 3 foram liquidados: (i) USIMINAS, em 23 de outubro de 2010, com volume investido de R\$ 600 milhões; e (ii) CCR, em 27 de dezembro de 2011, com montante investido de R\$ 500 milhões, e (iii) MRS, em 03 de setembro de 2015, com montante investido de R\$ 300 milhões, e não constam mais nesta relação.

Informações sobre as atividades realizadas no exercício, metodologia, dificuldades, providências adotadas, dentre outros, estão no item “*Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas*” dos quadros de cada projeto.

Conforme objetivo exposto no Art. 7º da Decisão Normativa TCU Nº 146, de 30 de setembro de 2015, apresenta-se o cunho de confidencialidade nos quadros Benefícios Gerados e Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas, devido ao disposto nos instrumentos firmados junto as companhias investidas quando da estruturação dos investimentos, que versam sobre a referida confidencialidade. Tais informações estão à disposição do TCU.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.1.BNDES

BNDES	
Setor	Energia, ferrovia e empreendimentos complementares ao setor de energia.
UF	PE, MA, MS, SP, AM, BA, ES, CE, SC, GO, MG, MT, PR, RS, PA, TO
Histórico	O investimento no BNDES pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição de debêntures de emissão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$ 7,0 bilhões em 2008 conforme autorização excepcional prevista no Regulamento.
Objetivos	A aquisição desta emissão buscou garantir a capacidade do BNDES de fornecimento de recursos de longo prazo para seus projetos aprovados que estivessem em consonância com a política de investimento do FI-FGTS, os quais, na ausência desses recursos, poderiam não se concretizar e impactar negativamente a expansão do volume de investimentos em infraestrutura no país.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 7,0 bilhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.2.SETE BRASIL

SETE BRASIL	
Setor	Energia
UF	PE, RJ, ES, RS, BA
Histórico	O investimento na Sete Brasil pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição, em 2013, de Debêntures de emissão da Sete Brasil Participações S.A., no valor de R\$ 1,85 bilhão, e de cotas do FIP Sondas, no valor de R\$ 650 milhões, perfazendo investimento total de R\$ 2,5 bilhões.
Objetivos	Os recursos aportados buscavam viabilizar a construção de 28 (vinte e oito) sondas de águas ultra profundas para a exploração do pré-sal brasileiro, as quais seriam construídas no Brasil e afretadas para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 2,5 bilhões.
Valores Liberados	Em 2015, o FI-FGTS liberou ao FIP Sondas R\$ 147,9 milhões, desembolsos previstos e obrigatórios nos termos dos instrumentos contratuais, totalizando R\$ 649,8 milhões liberados do total de R\$ 650 milhões previstos. Os valores previstos para o investimento nas debêntures já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.3.SANTO ANTONIO

SANTO ANTÔNIO	
Setor	Energia
UF	RO
Histórico	<p>O investimento no projeto Santo Antônio pelo FI-FGTS ocorreu mediante a aquisição, em 2009, de cotas do FIP Amazônia Energia, no valor de R\$ 308,5 milhões, que representam uma participação indireta na Madeira Energia S.A., e aquisição de Debêntures de emissão da Madeira Energia S.A., pelo valor de R\$ 1,5 bilhão. Contudo, ajustes no Projeto, como a expansão de 44 para 50 Unidades Geradoras (UG's), que geraram investimentos adicionais ao projeto, custos a serem incorridos pelo FIP, além de pagamentos de juros das Debêntures Mesa elevaram a previsão de investimentos para a monta de aproximadamente R\$ 2,48 bilhões até dezembro de 2015 (R\$ 1,5 bilhão – Debêntures Mesa/Saesa e 0,98 bilhão – FIP Amazônia).</p>
Objetivos	<p>Investir na construção e implantação da UHE Santo Antônio que possuirá, a potência instalada de 3.568 MW e assegurada de 2.424,2 MW, aumentando em 4% a produção nacional. O Projeto Básico Complementar Alternativo, que expandiu o projeto em 6 Unidades Geradoras (UG's), totalizando 50 UGs para o empreendimento, acrescentou 417MW ao projeto original, o suficiente para atender 40% do atual consumo energético dos Estados de Rondônia e Acre.</p>
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 2,44 bilhões.
Valores Liberados	<p>Em 2015, o FI-FGTS liberou ao FIP Amazônia Energia R\$ 36,7 milhões, totalizando aproximadamente R\$ 981,8 milhões liberados. Os valores previstos para o investimento nas debêntures já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.</p>
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.ODEBRECHT TRANSPORT

ODEBRECHT TRANSPORT	
Setor	Rodovia, Porto, Aeroporto e Atividade Complementar a Energia
UF	PE, BA, MG, RJ, SP, PR, GO, ES, MT
Histórico	O investimento na Odebrecht Transport Participações S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante a subscrição, em 2010, de ações ordinárias no valor de R\$ 1,9 bilhão, dos quais R\$ 596 milhões referem-se ao valor avaliado das ações da Embraport, antes detidas pelo FI-FGTS, no valor original de R\$ 462,5 milhões, utilizadas como parte do investimento e, R\$ 1,3 bilhão aportados em moeda corrente, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 30% de seu capital social. Em 2013, o FI-FGTS exerceu o direito de preferência existente, mediante o aporte de R\$ 428,6 milhões, em razão da entrada do Acionista BNDESPar, de forma a manter inalterada a sua participação de 30%. Também em 2013, a companhia passou por uma reorganização societária e o FI-FGTS passou a ser acionista da Odebrecht Transport S.A., mantendo-se o percentual de participação em 30%.
Objetivos	A Odebrecht Transport tem como objetivo gerenciar portfólio de ativos em transporte e logística no Brasil e participar do capital das sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística. Os recursos do FI-FGTS são direcionados à implementação de projetos que compõe o portfólio dos projetos da Companhia nos setores de rodovia, porto, aeroporto e atividade complementar a energia.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 2,19 bilhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.5.VLI

VLI	
Setor	Ferrovias, portos e empreendimentos complementares
UF	MA, TO, GO, MG, SP, RJ, ES, BA, SE
Histórico	O investimento na VLI S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante subscrição de ações da Companhia no valor de R\$ 1,2 bilhão em 2014, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 15,9% de seu capital social.
Objetivos	A VLI é uma operadora logística de base ferroviária que opera ativos próprios e de terceiros, especializada em logística integrada através da utilização de ferrovias, terminais logísticos terrestres e terminais portuários. Os Investimentos são destinados aos setores de ferrovia e porto para construção de terminais de transbordo ferroviário, recapacitação, remodelação e modernização de vias permanentes, aquisição de equipamentos ferroviários, tais como locomotivas e vagões e construção e modernização de pátios de manobra.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 1,2 bilhão
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.6.ODEBRECHT AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES

ODEBRECHT AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES	
Setor	Saneamento
UF	PA/MA/TO/GO/PE/BA/MG/ES/RJ/SP/SC/RS/PI/CE/RN/PB/AL/SE
Histórico	O investimento na Odebrecht Ambiental Participações S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante a subscrição, em 2009, de ações ordinárias da Foz do Brasil S.A. no valor de R\$ 650 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 26,53% de seu capital social. Em 2013, o FI-FGTS exerceu o direito de preferência existente, mediante o aporte de R\$ 315 milhões, elevando sua participação acionária para 30% do capital social da companhia. Posteriormente, a Foz do Brasil S.A. alterou sua razão social para Odebrecht Ambiental S.A. ("OA"). A partir de uma reorganização societária realizada em 2014 a OA passou a ser uma subsidiária integral da Odebrecht Ambiental Participações S.A. e o FI-FGTS passou a ser acionista da Odebrecht Ambiental Participações, mantendo o percentual de participação em 30%.
Objetivos	Os recursos obtidos pela Companhia são utilizados para os projetos detidos pela Companhia, no setor de saneamento ambiental e nos novos projetos que a Companhia conquiste e que estejam contempladas no escopo de investimentos elegíveis no Regulamento do FI-FGTS.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 965 milhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.7.ELDORADO

ELDORADO	
Setor	Saneamento, Rodovia, Ferrovia, Porto e Hidrovia.
UF	MS, SP
Histórico	O investimento na Eldorado pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição de debêntures de emissão da Eldorado Celulose e Papel S.A. no valor total de R\$ 940 milhões em 2012.
Objetivos	A Eldorado Brasil é uma empresa brasileira de base florestal, que concentra suas atividades na formação de florestas e na produção e comercialização de celulose, o que inclui investimentos em saneamento e logística associados a estas atividades. Os recursos captados por meio da emissão das debêntures foram destinados a investimentos em estações de tratamento de água, estação de tratamento de águas para caldeira, estação de tratamento de efluentes e sistema de captação, adutora e emissário no setor de saneamento; em terminais hidroviários e ferroviários, assim como em centros de armazenamento e distribuição, localizados nas cidades de Três Lagoas/MS, Aparecida do Taboado/MS, Pederneiras/SP e Santos/SP.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 940 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.8.OAS ÓLEO E GÁS

OAS ÓLEO E GÁS	
Setor	Energia
UF	RJ
Histórico	O investimento na OAS Óleo e Gás pelo FI-FGTS ocorreu mediante subscrição de ações Ordinárias, Preferenciais da Classe A e Preferenciais da Classe B da companhia em 2014 no valor total de R\$ 800 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 39% de seu capital social. Os recursos devem ser liberados conforme as chamadas de capital deliberadas pelos acionistas com a finalidade de desenvolvimento dos projetos.
Objetivos	Participação em sociedades, fundos de investimento, consórcios e outras entidades que, de forma direta ou indireta, prestem serviços de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração, unidades de armazenamento, perfuração, produção e/ou descarga, unidades de tratamento, flotéis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 800 milhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015. Em exercícios anteriores, foram integralizados R\$ 90 milhões. No entanto, considerando que os instrumentos contratuais estabelecem que as demais liberações ficam condicionadas ao implemento de determinadas condições, as quais a companhia não cumpre integralmente em função da recuperação judicial da OAS Investimentos S.A., o FI-FGTS encontra-se desobrigado de realizar as demais liberações.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.9.PRUMO LOGÍSTICA

PRUMO LOGÍSTICA – PORTO DO AÇU OPERAÇÕES PORTUÁRIAS	
Setor	Porto
UF	RJ
Histórico	O investimento na Prumo Logística pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição de debêntures de emissão da LLX Açú Operações Portuárias S.A., atual Porto do Açú Operações Portuárias S.A, no valor total de R\$ 750 milhões em 2012.
Objetivos	A Porto do Açú Operações S.A. foi criada em 2007 para a construção e operação do Superporto do Açú, localizado no estado do Rio de Janeiro. O Porto contará com dois terminais, sendo o primeiro um terminal multi-uso denominado T1, destinado a movimentação de cargas, e o segundo terminal, o T2, destinado à movimentação de cargas das indústrias instaladas no Complexo Industrial do Porto do Açú e à locação de áreas do Porto. Os recursos foram destinados desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário denominado T2, bem como de sua retroárea e sua infraestrutura industrial.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 750 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.10. NEOENERGIA - TELES PIRES PARTICIPAÇÕES

NEOENERGIA - TELES PIRES	
Setor	Energia
UF	MT, PA
Histórico	O investimento na Neoenergia, projeto Teles Pires, pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição de debêntures de emissão da Teles Pires Participações S.A., subsidiária integral da Neoenergia S.A., no valor de R\$ 650 milhões em 2012.
Objetivos	A Teles Pires Participações S/A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que foi constituída para ser acionista da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, detendo 50,1% de participação. Os recursos serão utilizados na implantação, manutenção, exploração e prestação de serviços de energia elétrica.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 650 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.11. FIDC ENERGISA IV

FIDC ENERGISA IV	
Setor	Energia
UF	MS, MT
Histórico	O investimento na Energisa pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição de cotas do FIDC NP IV Energisa Centro Oeste no valor de aproximadamente R\$ 641,3 milhões em 2014.
Objetivos	O Fundo tem por objetivo obter rendimentos de longo prazo mediante a aquisição de recebíveis de concessões das distribuidoras CEMAT e ENERSUL que passaram a compor portfólio de ativos da Energisa após a aquisição do controle acionário do Grupo Rede Energia, sendo as cotas seniores destinadas exclusivamente ao FI-FGTS
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 641,3 milhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.12. CCR NOVA DUTRA

CCR NOVA DUTRA	
Setor	Rodovia
UF	SP, RJ
Histórico	O investimento na CCR Nova Dutra pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição de debêntures de emissão da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., subsidiária integral da CCR S.A., no valor de R\$ 610 milhões em 2015.
Objetivos	A destinação dos recursos contempla a modernização e a ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 610 milhões.
Valores Liberados	Os investimentos previstos no total de R\$ 610 milhões foram integralmente liberados no exercício de 2015.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.13. ENERGISA

ENERGISA	
Setor	Energia
UF	PA, MS
Histórico	O FI-FGTS subscreveu ações da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. no valor total de R\$ 600 milhões em 2010, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 35,70% de seu capital, o que representou, indiretamente, participação de 24,36% na Rede Energia S.A.. Em 2013, ocorreu a reversão da provisão do ativo EEVP em virtude da transferência do controle acionário do Grupo Rede para a Energisa S.A., no âmbito da Recuperação Judicial da EEVP, ajuizada em 2012.
Objetivos	Os recursos foram destinados para custear as necessidades de CAPEX do Plano de Melhorias e no Plano de Redução de Perdas apresentados pela CELPA, para a reestruturação financeira da Companhia e para utilização em concessionária de distribuição de energia controlada pelo Grupo Rede Energia.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 600 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.14. ENERGIMP

ENERGIMP	
Setor	Energia
UF	CE/SC
Histórico	O investimento na Energimp S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante a subscrição, em 2010, de ações ordinárias da companhia no valor de cerca de R\$ 509,4 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 45% de seu capital social.
Objetivos	Investir na implantação, manutenção e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica por meio da construção de parques eólicos.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 509,37 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.15. CONE

CONE	
Setor	Empreendimentos complementares ao setor de portos
UF	PE
Histórico	O investimento na Cone S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante a subscrição, em 2010, de ações ordinárias da companhia no valor de cerca de R\$ 500 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 39,75% de seu capital social.
Objetivos	Os recursos foram destinados à viabilização da infraestrutura dos projetos logísticos complementares ao Porto de Suape (Recife), com o objetivo de atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo de Suape e propiciar o desenvolvimento regional.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 500 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.16. FIP SANEAMENTO

Caixa FIP Saneamento	
Setor	Saneamento
UF	PA/TO
Histórico	<p>O investimento neste FIP destinado ao setor de saneamento ocorreu mediante aquisição de cotas do Caixa FIP Saneamento no valor de R\$ 500 milhões em 2010. O Caixa FIP Saneamento, por sua vez já realizou aporte de R\$ 90,6 milhões em 2011 na Foz Centro Norte Participações S.A., que posteriormente alterou sua razão social para Odebrecht Ambiental - Centro Norte Participações S.A. ("OACNP"), resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 49% de seu capital social, esta companhia é controladora direta da Companhia de Saneamento do Tocantins ("Saneatins"). O Caixa FIP Saneamento ainda encontra-se em período de investimento.</p>
Objetivos	<p>O principal objetivo do Fundo é a aquisição de participação acionária em companhias de saneamento e em projetos desenvolvidos que visem promover a ampliação, reforma e implantação de projetos voltados para o tratamento, produção e distribuição de água, bem como, voltados à coleta, tratamento e disposição de esgoto no Brasil.</p>
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 500 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente em cotas do Caixa FIP Saneamento.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.17. ALL

ALL	
Setor	Ferroviário
UF	PR/SC/RS/MT/MS
Histórico	O investimento na América Latina Logística - ALL ocorreu mediante aquisição, em 2008, de debêntures de emissão de três de suas subsidiárias, Ferrobah Ferrovias Bandeirantes S/A no valor de cerca de R\$ 166,67 milhões, Ferronorte S/A Ferrovias Norte Brasil no valor de cerca de R\$ 166,67 milhões e ALL América Latina Logística Malha Sul S/A. no valor de cerca de R\$ 166,67 milhões, totalizando R\$ 500 milhões de investimento.
Objetivos	A companhia busca crescimento no volume total transportado e para suportar este crescimento a empresa elaborou plano de negócios direcionado ao aumento da capacidade de transporte, além de investimentos em material rodante e tecnológico.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 500 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados às companhias em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.18. LIGHT

LIGHT	
Setor	Energia
UF	RJ
Histórico	O investimento na Light pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição, em 2012, de debêntures de emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A. no valor de R\$ 470 milhões e de debêntures de emissão da Light Energia S.A. no valor de R\$ 30 milhões, ambas controladas pela holding não operacional Light S.A.
Objetivos	As companhias emissoras utilizarão os recursos obtidos com a emissão para realizar investimentos na ampliação e na modernização dos ativos de geração e de distribuição de energia elétrica da Light e também investir na implantação, manutenção, exploração e prestação de serviços de geração e distribuição de energia elétrica.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 500 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados às companhias em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.19. ALUPAR HOLDING

ALUPAR INVESTIMENTOS	
Setor	Energia
UF	MT, ES, SP, AP, GO, RS, MG, AM, RR, SC, PI, CE, MA, PA
Histórico	O investimento na Aupar Investimentos S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante subscrição de ações da companhia no valor de R\$ 400 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 17,84% de seu capital social. Em 2013, a Companhia passou pelo processo de IPO e, com a emissão de novas ações, o FI-FGTS foi diluído e passou a deter 14,04% do capital social da Companhia.
Objetivos	A ALUPAR Investimento S.A foi constituída para atuar em projetos nos segmentos de geração e transmissão de energia. Os recursos do investimento foram destinados à implantação e modernização dos projetos existentes da companhia, além de subsidiar o desenvolvimento de novos projetos com objetivo de aumentar a geração e transmissão de energia elétrica no país.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 400 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.20. BRADO LP

BRADO	
Setor	Ferrovias
UF	PR, SC, RS, SP, MT
Histórico	O investimento na Brado Logística e Participações S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante a subscrição, em 2013, de ações ordinárias da companhia no valor de cerca de R\$ 400 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 22,22% de seu capital social.
Objetivos	A Brado Logística (subsidiária integral da Brado Logística e Participações S.A.) atua no transporte de contêineres no Brasil e MERCOSUL com a intermodalidade ferroviária, modal que integra armazenagem, distribuição, transporte ferroviário, rodoviário e marítimo. Os recursos deverão ser utilizados exclusivamente na implementação dos projetos previstos no Plano de Negócios, que consiste em investimentos em (i) Terminais e (ii) Material Rodante (locomotivas e vagões).
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 400 milhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados às companhias em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.21. HIDROTÉRMICA ON e PN

HIDROTÉRMICA	
Setor	Energia
UF	RS, MG, GO, PE, AL
Histórico	O investimento na Hidrotérmica S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante a aquisição, em 2009, de ações ordinárias no valor de R\$ 160 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 21,33% de seu capital social, e aquisição, em 2011, de ações preferenciais no valor de R\$ 200 milhões, totalizando, assim, uma participação acionária equivalente a 37,56% de seu capital social.
Objetivos	A Hidrotérmica está voltada para projetos de pequenas centrais hidrelétricas nos estados de RS, MG, SP, MT e MS, de usinas termelétricas no Nordeste e no Espírito Santo. Os recursos do investimento foram destinados à construção, reforma, ampliação e implantação dos empreendimentos de infraestrutura do setor energético, nas empresas controladas pela companhia, de acordo com o plano de negócios acordado.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 360 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.22. MDCPAR

MDCPar	
Setor	Energia
UF	BA, RJ, SP, MG, AL, RS
Histórico	O investimento na MDCPar S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante a aquisição, em 2011, de ações ordinárias no valor de R\$ 250 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 38% de seu capital social. Em 2014 o FI-FGTS firmou com a companhia Termo de Transferência de Ações e Outras Avenças através do qual o FI-FGTS transferiu suas ações detidas na ERB para a MDCPar, a qual assumiu todas as obrigações e deveres da ERB, como contrapartida o FI-FGTS aumentou sua participação na MDCPar para 47,012133%.
Objetivos	Produção e captação de gás natural a partir de aterros urbanos, resíduos industriais orgânicos como dejetos da suinocultura e vinhaça (subproduto da produção de etanol) e transporte, logística e comercialização do gás natural. A Companhia, por meio de subsidiárias, também desenvolve empreendimento de geração de vapor e energia elétrica.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 358,5 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.23. J. MALUCELLI

J. MALUCELLI	
Setor	Energia
UF	PA/MT/GO/SC/RN
Histórico	O investimento na J. Malucelli Energia S.A. pelo FI-FGTS ocorreu mediante acordo, firmado em 2009, para aquisição de ações ordinárias no valor total de R\$ 300 milhões, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 40,81% de seu capital social, e novo acordo, firmado em 2012, para aumento de capital pelo FI-FGTS no valor total aproximado de R\$ 30,61 milhões, mantendo assim sua participação acionária equivalente a 40,81%.
Objetivos	Implantação dos projetos voltados aos segmentos de geração hidrelétrica e eólica, e para projetos de transmissão de energia.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 330,61 milhões.
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.24. ALUPAR INVESTIMENTOS (UHE FERREIRA GOMES)

ALUPAR INVESTIMENTOS - FERREIRA GOMES	
Setor	Energia
UF	AP
Histórico	O investimento no projeto da UHE Ferreira Gomes pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição de debêntures de emissão da Alupar Investimentos S.A. no valor de R\$ 300 milhões em 2012.
Objetivos	O investimento buscou financiar a construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência instalada de 252 MW, que está localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 300 milhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.25. VIARONDON

VIARONDON	
Setor	Rodovia
UF	SP
Histórico	O investimento na Viarondon pelo FI-FGTS ocorreu mediante aquisição de debêntures de emissão da Viarondon Concessionária de Rodovias S.A. no valor de R\$ 300 milhões em 2012.
Objetivos	A ViaRondon é a empresa titular da concessão para exploração do Corredor Marechal Rondon Oeste no estado de São Paulo, constituído pela rodovia SP-300 e acessos. Os recursos do investimento são destinados à execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, ampliação e sinalização da Rodovia Marechal Rondon (SP-300), no trecho administrado pela Concessionária.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 300 milhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.26. BRASILTERM

BRASILTERM	
Setor	Energia
UF	PE, CE
Histórico	<p>O FI-FGTS subscreveu ações da Nova Cibe Energia S.A. no valor total de R\$ 280 milhões em 2010, resultando na aquisição de participação acionária equivalente a 49,6% de seu capital. Este ativo foi reestruturado em 2012 visando dar liquidez ao investimento por meio da venda das ações detidas pelo FI-FGTS na Nova Cibe Energia S.A. pelo valor do investimento inicial corrigido, o que foi pago mediante emissão de debêntures pela Cibe Energia e Participações S.A.. Em 2014 foi realizada transação pela qual a Cibe Energia e Participações S.A. transferiu duas de suas UTE à Brasilterm Participações S.A., e esta emitiu uma debênture no valor total de R\$ 400,3 milhões, da qual o FI-FGTS configura como único debenturista.</p>
Objetivos	Desenvolver e explorar comercialmente Usinas Termelétricas movidas a óleo combustível tipo B1 (baixo teor de enxofre).
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 400,3 milhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015 e os valores previstos já foram integralmente desembolsados à companhia em exercícios anteriores.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

3.3.4.27. FIP LOGÍSTICA

FIP LOGÍSTICA	
Setor	Porto, rodovia, ferrovia, hidrovía, aeroporto e setores complementares a estes.
UF	O FIP ainda encontra-se em período de investimento e a distribuição regional do volume investido somente estará definida quando os investimentos estiverem efetivamente aprovados pelo Comitê de Investimento do FIP
Histórico	O investimento neste FIP destiando ao segmento de logística ocorreu mediante compromisso de investimento no FIP Caixa Integração Logística no valor de R\$ 250 milhões em 2014.
Objetivos	O principal objetivo do Fundo é obter retorno e valorização do capital por meio do investimento em Títulos e Valores Mobiliários de emissão de companhias do setor de infraestrutura de transportes, incluindo, mas não se limitando aos seguintes seguimentos: porto, rodovia, ferrovia, hidrovía e aeroporto e setores complementares a estes. O regulamento do FIP Logística é norteado conforme os preceitos definidos para o FI-FGTS, bem como seus investimentos requerem aprovação por Comitê de Investimento do FIP, o qual conta com representação do FI-FGTS.
Benefícios Gerados	CONFIDENCIAL
Investimentos Previstos	R\$ 250 milhões
Valores Liberados	Não ocorreram liberações de valores no exercício de 2015.
Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas	CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

4. GOVERNANÇA

4.1. Descrição das estruturas de governança

Para aprovação de um investimento, o processo percorre diversas instâncias internas e externas. Tais instâncias têm caráter deliberativo para dar sequência ao processo de aprovação ou rejeitá-lo em definitivo, baseando-se, para tanto, em critérios técnicos.

Desta forma, o FI-FGTS se reveste de regras de governança que procuram traduzir, em seus investimentos, as máximas garantias, considerando os riscos de mercado, e também as boas práticas ao considerar os impactos socioambientais e trabalhistas, por exemplo.

Inicialmente, o projeto é recepcionado ou prospectado para estudo de sua viabilidade, estudos setoriais, elaboração de análises complementares e cadastrais que demonstrem conveniência inicial da tese de investimento e realização de reuniões com o demandante da proposta em questão com vistas à apreciação pela primeira instância de deliberação.

Aprovado nesta instância, o projeto evolui com os estudos técnicos tendo como resultado o Relatório de Oportunidade de Investimento (ROPI) submetido a comitês deliberativos, no âmbito da VITER, da Caixa, e do Comitê de Investimento do FI-FGTS, acerca da conveniência do investimento a ser realizado.

Em seguida, com o ROPI aprovado, os estudos e análises se aprofundam. São realizadas avaliações técnicas minuciosas relativas aos riscos envolvidos, ao potencial retorno do ativo e aos aspectos financeiros, o contexto setorial e macroeconômico, além da avaliação quanto à aderência da operação às práticas de mercado, ao arcabouço legal e normativo e às métricas estipuladas pelo Regulamento do FI-FGTS. A síntese dos resultados dos estudos realizados é apresentada no Relatório Final de Investimento (REFI), que é pautado novamente em comitês deliberativos, no âmbito da VITER, da Caixa e do Comitê de Investimento do FI-FGTS, para deliberar o prosseguimento ou a rejeição do projeto. Cabe destacar que, juntamente com a área interna responsável pela recepção e desenvolvimento das teses de investimentos, ocorrem trabalhos conjuntos com assessores especializados internos e/ou externos (legal, financeiro, engenharia, contábil, dentre outros), sempre que necessário, com o objetivo de complementar tecnicamente as análises e estudos relacionados aos trabalhos a serem apresentados nos comitês deliberativos.

Caso o REFI seja aprovado pelo Comitê de Investimento do FI-FGTS, a Caixa está autorizada a realizar o investimento no respectivo projeto, adotando medidas necessárias para a realização da operação, que incluem (i) conclusão das discussões e assinatura dos instrumentos da operação; (ii) envio de documentos para análise e validação pelo custodiante; (iii) envio de informações aos órgãos externos tais como CADE, Agências Reguladoras, etc., quando necessário; (iv) atendimento das condições precedentes ao desembolso pela companhia, quando houver, e (v) integralização dos recursos na companhia.

Os comitês deliberativos no âmbito da VITER e da Caixa são normatizados com o objetivo de traçar ações estratégicas, estabelecer critérios de avaliação de situações, possibilitar a



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

integridade e lisura aos processos, atribuindo maior transparência aos atos e utilizando-se para tal das regras de governança corporativa. Cada uma dessas instâncias possui composição, funcionamento e atribuições especificados em seus Regimentos Internos. Os atos administrativos possuem padrões mínimos e as deliberações são registradas em atas, sendo que a área responsável pelo *compliance* verifica a conformidade deste conjunto de documentos.

A Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, estabeleceu que caberia a um Comitê de Investimento - CI, a ser constituído pelo Conselho Curador do FGTS, a aprovação dos investimentos. O Regulamento do FI-FGTS estabelece que o Comitê de Investimento do FI-FGTS é composto por 12 (doze) membros e respectivos suplentes e compete a ele, dentre outras atribuições, deliberar sobre propostas de investimento e acompanhar as diretrizes a serem seguidas pelo FI-FGTS, com relação a sua política de investimentos. Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade de Governo e das bancadas da Sociedade Civil (trabalhadores e empregadores) que o integram e têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. Nos termos das Resoluções CCFGTS nº 772, de 26 de maio de 2015, e nº 800, de 31 de março de 2016, que fixaram e alteraram critérios para a escolha dos membros, tais indicações deverão ser acompanhadas dos currículos que comprovem a qualificação ou conhecimento técnico dos respectivos indicados, contendo formação superior ou experiência ou especialização ou certificação profissional nas seguintes áreas: (a) setores em que o FI-FGTS realiza os investimentos; ou (b) mercados financeiro ou de capitais; ou (c) gestão de fundos. A presidência do Comitê é rotativa, sendo o presidente eleito dentre os seus membros, com prazo do mandato de um ano. As atribuições e o funcionamento do Comitê estão estabelecidos no Regulamento e em seu Regimento Interno.

Com o intuito de aprimorar a transparência e governança do Fundo, e atendendo recomendação do TCU a Administradora sugeriu a adoção de ações de maior publicidade das deliberações do Comitê de Investimento do FI-FGTS e no exercício de 2015 o CCFGTS publicou a Resolução do CCFGTS nº 785, de 27 de outubro de 2015, que promoveu a inclusão no Regulamento do Fundo da obrigação de divulgar no sítio do FI-FGTS o calendário, ordem do dia e extrato da ata das reuniões do Comitê de Investimento do FI-FGTS, sem prejuízo da confidencialidade inerente à atuação do FI-FGTS enquanto fundo de investimento sujeito às regras de mercado estabelecidas pela CVM. A Caixa, na qualidade de Administradora do FI-FGTS, entende tratar-se de um importante aprimoramento das medidas de transparência do FI-FGTS e das decisões de seu Comitê de Investimento.

O Regulamento do FI-FGTS também estabelece competências privativas do CCFGTS, como deliberar sobre alterações da política de investimento do FI-FGTS, do Regulamento ou sobre reinvestimento e distribuição de resultados positivos do fundo. Cabe também ao CCFGTS avaliar eventuais situações de quebra de confidencialidade e de conflitos de interesses identificadas no âmbito do CI FI-FGTS e encaminhados para sua deliberação.

Após iniciado o fluxo de desembolsos do projeto, o investimento passa a fazer parte de um portfólio de ativos que permanece sob constante monitoramento por uma equipe especialmente designada para tal finalidade. A equipe designada está dedicada a realizar o acompanhamento qualitativo e quantitativo do projeto e do cumprimento das obrigações assumidas pelas Companhias investidas, incluindo os prazos com relação à sua execução física, observar o contexto de mercado e



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

seus impactos sobre as empresas investidas, bem como a capacidade da empresa em arcar com o custo da dívida, dentre outras funções, sempre resguardando os interesses do FI-FGTS conforme premissas norteadas por seus regimentos.

As atividades da equipe dedicada ao acompanhamento dos projetos são catalogadas, sendo possível extrair diversas informações e relatórios que subsidiam o corpo gerencial e os Comitês no processo de tomada de decisão.

Os instrumentos firmados entre o FI-FGTS e as companhias investidas contam com obrigações relacionadas a diversos parâmetros de monitoramento, tendo como objetivo indicar sua saúde financeira, a correta mitigação dos riscos inerentes à operação, a evolução dos cronogramas físico-financeiros das obras, a correta alocação dos recursos segundo os termos acordados nos instrumentos, o monitoramento da estrutura financeira, dos índices socioeconômico, conformidade na governança e a legalidade dos atos da gestão, dentre outros pontos considerados relevantes para o projeto em questão.

Visando otimizar os controles e processos dos fluxos de investimentos e gestão de ativos, o FI-FGTS, por meio de sua administradora, possui sistema informatizado, o qual apresenta um conjunto de módulos que permitem o aumento da eficiência, controle e produtividade das rotinas diárias, assim como melhor acompanhamento das tarefas e obrigações, auxiliando na tomada de decisão, além do acompanhamento dos projetos investidos. Este sistema está em processo de otimização com o desenvolvimento pela Tecnologia da Caixa de um novo sistema.

Como o FI-FGTS é um fundo de natureza privada, sujeito às regras de mercado impostas pela CVM, suas demonstrações contábeis devem ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, observadas as normas que disciplinam o exercício dessa atividade. Desta forma, as demonstrações financeiras do exercício são acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre a mesma. Além disso, cumprindo obrigações previstas no Regulamento, o FI-FGTS publica informações trimestrais, demonstrações financeiras semestrais, relatório semestral de encargos debitados do Fundo e relação de instituições encarregadas semestralmente.

Não obstante a estrutura de governança supracitada e a auditoria independente, a Caixa conta com a AUDIT, unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXA, o que inclui na área responsável pela administração e gestão do FI-FGTS, e por fiscalizações acordadas com a administração da empresa. A auditoria interna configura-se como uma atividade independente, de assessoramento à Administração da Caixa, voltada para avaliar a qualidade do desempenho das áreas e a adequação, eficiência e eficácia dos processos de gestão de riscos, de controle e governança corporativa, com o propósito de auxiliar a CAIXA a alcançar seus objetivos.

4.2. Gestão de riscos e controles internos

Como o FI-FGTS se constitui como um fundo de natureza privada, os ativos que compõem sua carteira, conforme disposto em seu Regulamento, estarão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance. Apesar da diligência



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

da Caixa na defesa dos interesses do cotista e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

Nos termos do Regulamento, a Caixa possui área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do FI-FGTS e o controle do risco de crédito deve ser realizado por meio de política de crédito e processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do fundo.

A Caixa conta com política de risco para gestão de ativos de terceiros que estabelece princípios e diretrizes relativos ao gerenciamento do risco aos quais os fundos estão expostos, em consonância com as regulamentações interna e externa e às melhores práticas de mercado. Com base nesta política são estabelecidos limites de exposição a riscos, os quais podem estar vinculados à política de investimento dos fundos.

Em relação à avaliação do risco de crédito dos ativos adquiridos pelo FI-FGTS, nos termos do Regulamento, os Instrumentos de Dívida devem possuir classificação de risco correspondente ou superior a baixo risco de crédito, emitida por agência classificadora de risco internacional em funcionamento no país. Este rating permanece em monitoramento em periodicidade definida nos documentos da operação de crédito. Além da avaliação de risco realizada por agência classificadora de risco internacional em funcionamento no país, área de risco de crédito da Caixa é instada a emitir parecer quando da aquisição de tais ativos e realizar o monitoramento periódico e reavaliação sempre que necessária.

O processo de análise dos emissores segue o fluxo de análise e deliberações expostos no item 4.1 acima, que detalha as estruturas de governança do FI-FGTS. Destaca-se também que o portfólio de ativos permanece sob constante monitoramento pela equipe de gestão, que busca mapear e mitigar os riscos a que os ativos estão expostos, resguardando os interesses do FI-FGTS. Os sistemas corporativos utilizados pela equipe de gestão do FI-FGTS auxiliam as atividades de monitoramento dos ativos do FI-FGTS. As atividades de administração e gestão do FI-FGTS estão normatizadas através de manuais operacionais e normativos que buscam minimizar a exposição a riscos, garantir a conformidade às normas externas e internas e padronizar a operacionalização das atividades.

A Caixa também conta com uma política de controles internos e *compliance* na administração de ativos de terceiros, que estabelece princípios e diretrizes norteadores na administração e gestão de ativos de terceiros, em consonância com as regulamentações interna e externa e às melhores práticas de mercado, visando promover as condições para assegurar a efetividade dos controles internos no âmbito da Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros.

Complementarmente, conforme exposto no item 4.1, as demonstrações contábeis do FI-FGTS, elaboradas pela Caixa na qualidade de administradora da Fundo, são auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM seguindo as normas que disciplinam o exercício dessa atividade. Estes auditores produzem relatório que acompanha as Demonstrações Financeiras do FI-FGTS no qual expressam opinião com base em sua auditoria, a qual deve ser planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

distorções relevantes e apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FI-FGTS.

Por fim, a AUDIT, unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXA apresentada no item 4.1, observa as normas do The Institute of Internal Auditors (IIA), representado no Brasil pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil) e as normas e procedimentos de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando aplicáveis. A unidade vincula-se ao Conselho de Administração, por força do Estatuto da CAIXA, relaciona-se com o Comitê de Auditoria na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e se sujeita às orientações e determinações dos órgãos federais de controle e de fiscalização. Para os FI-FGTS são programados até 2 trabalhos anuais, com revisão dos trabalhos anteriores. Os objetivos dos trabalhos são definidos por meio de matriz de risco e tem como foco a avaliação da gestão, por meio da metodologia de auditoria de processo, a seleção dos projetos, a formalização dos investimentos, a governança, o gerenciamento de risco, o acompanhamento dos investimentos, a controladoria e os serviços externos contratados.

Os trabalhos da AUDIT são executados pela equipe especializada em gestão de ativos de terceiros e conduzido pela Auditoria Regional de São Paulo/SP (“AUDIR/SP”). Suas atividades buscam contribuir para que a gestão da CAIXA atinjam uma série de objetivos, entre os quais mitigar riscos e zelar pelo cumprimento dos controles internos, o que contribui para que seja consolidada a cultura da conformidade, gestão de riscos e governança corporativa. Os resultados dos trabalhos são comunicados e, se for o caso, recomendações são repassadas para providências da área auditada.

Conforme Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2015 foram realizados dois trabalhos, que geraram os seguintes Relatórios:

- (i) RA AUDIR/SP 0006/15 e RA AUDIR/SP 0006-A/15 (Programa: ATINV151)
Objetivo: Avaliar a gestão do patrimônio do FI-FGTS, quanto às atribuições de administradora do recurso e revisão do trabalho ATTER114.
Criticidade: Média.

- (ii) RA AUDIR/SP 0207/15 (Programa: ATMAP152)
Objetivo: Auditar o Fundo de Investimento FI-FGTS, conforme a metodologia de auditoria de processo.
Criticidade: Média.

A Auditoria Interna atuou, portanto, com os objetivos de avaliar a gestão do patrimônio do FI-FGTS, com foco nas atribuições de administradora do recurso, revisar trabalhos anteriores e auditar o Fundo de Investimento FI-FGTS, conforme a metodologia de auditoria de processo, trabalhos que tiveram seus resultados divulgados às unidades auditadas por meio dos Relatórios de Auditoria indicados, seguindo os procedimentos supracitados dos trabalhos da AUDIT.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão e Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

As informações geradas pelo FI-FGTS podem ser encontradas por meio do sítio do FGTS (www.fgts.gov.br) em que se encontra o sítio do FI-FGTS (http://www.fgts.gov.br/trabalhador/fi_fgts.asp), no sítio da sua Administradora (www.caixa.gov.br/downloads) e no sítio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Na página inicial do FGTS, ao clicar em FI-FGTS (botão está localizado à direita da página ao lado das Notícias), o internauta será remetido para o sítio do FI-FGTS (http://www.fgts.gov.br/trabalhador/fi_fgts.asp), em que constam e estão facilmente acessíveis as seguintes informações sobre o fundo:

- Criação;
- Objetivo;
- Características;
- Administração;
- Comitê de Investimento: composição, calendário, pauta e extrato de ata;
- Política de investimento;
- Relatórios e informações periódicas;
- Relatórios de gestão;
- Demonstrações financeiras, informações anuais, semestrais e trimestrais, encargos debitados
- Regulamento

As informações sobre o Regulamento, Relatório de Gestão, Calendário, Pauta e Extrato da Ata de reuniões do CI FI-FGTS também se encontram disponíveis para download na página da Caixa (www.caixa.gov.br/downloads).

A Caixa possui uma série de Canais de Atendimento que podem ser utilizados pelos cidadãos para fins de envio de dúvidas, reclamações, sugestões, elogios e denúncias os quais estão listados em seu sítio na internet (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco>).

Nos termos do Regulamento a administradora está obrigada a remeter à CVM uma série de informações periódicas ou não, as quais ficam disponíveis no sítio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Quanto à acessibilidade da informação, entende-se que estes sites não possuem barreiras aos usuários na sua comunicação, ou seja, nenhum entrave que dificulte acesso às informações ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens dos cidadãos para acesso ao seu conteúdo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Destaca-se que no exercício de 2015, adotou novas regras para publicidade das deliberações do Comitê de Investimento do Fundo mediante o aprimoramento das medidas de transparência do FI-FGTS com a publicação da Resolução do CCFGTS nº 785, de 27 de outubro de 2015, que promoveu a inclusão no Regulamento do FI-FGTS da obrigação de a Administradora divulgar no sítio do FI-FGTS:

- (i) o calendário de reuniões do CI FI-FGTS;
- (ii) a ordem do dia, contendo os assuntos em pauta e, no caso de propostas de investimento, a descrição de, pelo menos, o nome da empresa, setor, valor e instrumento envolvido;
- (iii) extrato de ata, contendo os assuntos discutidos, o quórum de deliberação, com registro nominal dos votos de cada um de seus membros e, no caso de propostas de investimento, a descrição de, pelo menos, o nome da empresa, setor, valor e instrumento envolvido.

Tais informações deverão ser divulgadas sem prejuízo da confidencialidade inerente à atuação do FI-FGTS enquanto fundo de investimento sujeito às regras de mercado impostas pela CVM.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DO FI-FGTS

6.1. Desempenho Financeiro do exercício de 2015

Para a aplicação dos recursos do FI-FGTS, a Lei nº 11.491/2007, estabeleceu que a Caixa proporá ao Conselho Curador do FGTS a aplicação sucessiva de parcelas adicionais de no máximo R\$ 5,0 bilhões cada, até ser atingido o valor limite equivalente a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro do exercício anterior àquele em que se der a autorização para a integralização das cotas.

O Regulamento do FI-FGTS, ao final de 2015, previa em seu Artigo 17 que as integralizações adicionais ocorrerão até ser atingido o valor limite de cerca de R\$ 62,05 bilhões, equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2014, acrescido de R\$ 2,0 bilhões destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS, totalizando cerca de R\$ 64,05 bilhões.

Tendo em vista o desempenho verificado para o FI-FGTS, destaca-se ainda a autorização por parte do CCFGTS, por meio da Resolução CCFGTS nº 789/2015, juntamente com as Resoluções CCFGTS nº 753/2014, 731/2013 e 698/2012, de utilização dos recursos do FI-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações. Com isso, o FI-FGTS adicionou aproximadamente R\$ 1,44 bilhões aos recursos para fazer frente aos investimentos de 2015, totalizando a monta aproximada de R\$ 8,91 bilhões autorizados para reinvestimento.

Assim, o Valor Total Comprometido totalizava ao final de 2015 aproximadamente R\$ 72,96 bilhões, sendo que, destes, aproximadamente R\$ 29,54 bilhões foram comprometidos com os investimentos desde o início do FI-FGTS e aproximadamente R\$ 43,42 bilhões disponíveis para utilização do FI-FGTS, considerando os R\$ 2,0 bilhões previstos com a integralização de cotas pelo Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS.

Desde a criação do FI-FGTS em 2008 até o final do exercício de 2015 o FGTS integralizou em cotas do FI-FGTS um montante equivalente a aproximadamente R\$ 22,9 bilhões. Ao final de 2015 o FI-FGTS atingiu um Patrimônio Líquido equivalente a R\$ 30,9 bilhões representado por diversos investimentos nos setores de energia, ferrovia, rodovia, hidrovia, saneamento e portos e por suas disponibilidades. Entre a criação do Fundo e o final do exercício de 2015 a cota do FI-FGTS apresentou uma rentabilidade acumulada de aproximadamente 53%. Atualmente a carteira é composta por 44 projetos distribuídos em 45 ativos, fomentando a infraestrutura em todo o território nacional.

Durante o ano de 2015, apesar do cenário adverso para seleção de oportunidade de investimento em infraestrutura, foram analisados diversos projetos que se enquadraram na política de investimento do FI-FGTS e que estão em linha com os objetivos traçados. Deste modo, além dos recursos comprometidos com novos investimentos que totalizaram R\$ 610 milhões ao término do ano, haviam comprometidos por meio de REFI ou Votos, para realização de investimentos, aproximadamente R\$ 11,1 bilhões em projetos nos setores de energia, rodovia, hidrovia, ferrovia, porto, saneamento e aeroporto.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Conforme mencionado no item 3.3 deste Relatório, os benefícios previstos com a execução dos investimentos realizados em 2015 contribuirão para a consecução dos objetivos definidos para o FI-FGTS. O projeto realizado no ano têm previsão de proporcionar mais de 4.900 empregos diretos e indiretos durante a implantação do projeto e sua posterior operação. Destaca-se que os projetos investidos pelo FI-FGTS em carteira ao longo de 2015 geraram mais de 62 mil empregos no ano de 2015.

Até o final do 1º quadrimestre de 2016 existiam cerca de 28 projetos em análise, em diferentes estágios de aprovação, que, caso finalizados os processos de estruturação, demandarão investimentos de aproximadamente R\$ 25 bilhões em todos os setores permitidos pelo Regulamento do FI-FGTS. Existe também projeto em análise para o FIP Saneamento que deverá demandar mais de R\$ 400 milhões em investimentos por este FIP.

Por fim, cumpre mencionar que, durante o ano de 2015 foram efetivamente desembolsados recursos da ordem de R\$ 794,6 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 184,6 milhões remanescentes relativos a aprovações que ocorreram em anos anteriores e R\$ 610 milhões em novos ativos que não faziam parte da carteira de investimentos do Fundo, sempre em linha com as estruturas previstas para as operações e aprovações nas instâncias deliberativas.

A tabela apresentada no Apêndice II, denominada “Evolução das Integralizações do FGTS e do FI-FGTS”, expõe a evolução do Valor Total Subscrito, dos valores autorizados para Reinvestimento e do Valor Total Comprometido, acompanhados das respectivas resolução que os alteraram. Além disso, expõe todas as integralizações de recursos do FGTS no FI-FGTS e o valor total dos investimentos integralizados pelo FI-FGTS nos projetos aprovados.

Em 2015 o FI-FGTS apresentou recebimentos de mais de R\$ 1,77 bilhões, a tabela abaixo apresenta a discriminação dos recebimentos do FI-FGTS no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015:

Tabela 4 - Recebimentos pelo FI-FGTS no exercício de 2015

Discriminação	Valor em R\$ (reais)
Amortização	753.983.581,45
Juros	789.473.348,56
Multas Contratuais	5.974.303,01
Desinvestimentos	1.719.123,99
Dividendos	48.572.244,34
Resgate	165.717.376,92
Prêmio	3.904.178,77
Ganho de Capital	1.414.051,45
Total	1.770.758.208,50



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

De sua criação até o final do exercício de 2015 o FI-FGTS já apresentou recebimentos de mais de R\$ 11,9 bilhões. Nos termos do Regulamento, anualmente, na primeira reunião ordinária após a aprovação do Relatório de Gestão do FI-FGTS, ou em eventual situação de risco de liquidez do FGTS, o CCFGTS deliberará sobre Reinvestimento ou resgate de cotas. Conforme tabela apresentada no Apêndice II, apresentada neste capítulo, mais de R\$ 8,9 bilhões já foram autorizados para reinvestimento, entendido como possibilidade dos valores recebidos a título de amortização, desinvestimentos, juros, multas contratuais, dividendos, vencimentos antecipados e prêmios por resgate antecipado, dos investimentos do FI-FGTS serem novamente investidos em empreendimentos conforme art. 1º deste Regulamento em vez de serem distribuídos aos cotistas, na forma de resgate de cotas ou amortização. Mais de R\$ 5,74 bilhões destes recursos de reinvestimento já foram utilizados para integralização de investimentos em ativos do FI-FGTS.

6.1.1 Rentabilidade do FI-FGTS

Em 2015 a rentabilidade líquida das cotas do FI-FGTS foi de – 3,03%, explicada principalmente pelas reduções de valor recuperável de alguns ativos que apresentaram dificuldades econômico financeiras para a manutenção das suas atividades. Esses valores poderão ser revertidos e/ou recuperados em exercícios posteriores, porém, por uma decisão de adotar uma linha conservadora, as provisões para redução do valor recuperável foram realizadas no exercício social encerrado em 30 de dezembro de 2015. A rentabilidade acumulada da cota do FI-FGTS desde sua criação em 2008 até o final do exercício de 2015 é de aproximadamente 53%.

As dificuldades do FI-FGTS e do setor de infraestrutura, apresentadas no item 3.2 e ao longo do Relatório foram determinantes na contabilização conservadora dos ativos do FI-FGTS neste exercício.

O cenário econômico adverso do exercício foi caracterizado por fatores relevantes como:

- (i) Retração econômica configurada pela queda de 3,8% do Produto Interno Bruto em relação a 2014, a maior queda da série histórica iniciada em 1996 de acordo com o IBGE;
- (ii) Aprofundamento do desequilíbrio fiscal, uma vez que, apesar do ajuste fiscal em curso no exercício, o resultado primário do exercício de 2015, de acordo com o Tesouro Nacional, foi deficitário em R\$ 115 bilhões, frente a um déficit de R\$ 17,2 bilhões no mesmo período de 2014;
- (iii) Restrição de crédito no sistema financeiro nacional, pois em 2015 verificou-se uma desaceleração do crédito em decorrência da retração da atividade econômica, dos efeitos da política monetária e do aumento da percepção de risco, conforme Nota à imprensa publicada pela Banco Central do Brasil em janeiro de 2016, outro exemplo desta desaceleração é a queda nas aprovações e desembolsos do BNDES, que é importante financiador do setor de infraestrutura, em 2015;
- (iv) Redução da taxa de investimento no ano de 2015, que encerrou em 18,2% do PIB, abaixo da taxa de 20,2% observada em 2014;



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

- (v) Revisões generalizadas das classificações de rating das companhias e emissões motivadas pelo cenário econômico e pelas revisões do rating soberano brasileiro;

Não obstante o cenário adverso descrito acima, o setor de infraestrutura enfrenta dificuldades, decorrentes da situação dos grupos que atuam ou atuavam no setor no período, impactados pela deterioração de sua situação financeira e pelo suposto envolvimento em práticas de corrupção, aumentando da percepção de risco em relação ao setor e aos investimentos de longo prazo.

Este eventos combinados, além de fatores de risco específicos a cada ativo, afetaram as condições econômico-financeiras e os resultados das companhias do setor de infraestrutura investidas pelo FI-FGTS, o que se reflete nas demonstrações financeiras das companhias para o exercício de 2015, nas demonstrações financeiras do FI-FGTS e na própria rentabilidade do Fundo, pois o cenário de maior risco resultou na adoção de uma taxa de desconto maior e mais conservadora, acarretando maiores provisões para redução do valor recuperável no exercício social encerrado em 30 de dezembro de 2015.

No entanto, ressalta-se que o FI-FGTS investe em empresas cujas ações, em sua maioria, não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a consequente repercussão no valor da cota do Fundo nos exercícios futuros.

No caso do FI-FGTS os ativos de participação acionária, mesmo quando sintetizam retornos de renda fixa (grande parte dos ativos com opções de *PUT* e *CALL*), são contabilizadas, em atendimento às exigências contábeis aplicadas ao Fundo, por seu valor histórico, aplicando-se a equivalência patrimonial atualizada com base nas demonstrações financeiras da respectiva investida e realizando o teste de valor recuperável do ativo sempre que elaboradas as Demonstrações Financeiras anuais. Já no caso das ações preferenciais resgatáveis, com dividendo mínimo e cumulativo, são contabilizadas pelo valor nominal atualizado pelo indexador estabelecido em acordo de investimento.

Destaca-se que o FI-FGTS é um fundo de investimento com resolução emanada pela CVM e que se espelha a um FIP. Em seu mandato, o FI-FGTS estabelece um horizonte de longo prazo de maturação para seus ativos, com o retorno oriundo de investimentos em infraestrutura.

Além do escopo da Política de Investimento do FI-FGTS, destacamos que a mensuração de sua rentabilidade, tal qual um FIP, deve ser realizada quando do desinvestimento dos ativos, momento no qual o recurso aportado pelo cotista retornará corrigido pelo ganho/perda de capital do período. Desta forma, considerando que parte relevante da carteira é formada por participações acionárias e que tais ativos, por princípio de conservadorismo, são contabilizados a valor histórico, avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial e ajustados por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, o resultado contábil apresentado nas Demonstrações Financeiras do FI-FGTS não refletem a expectativa de retorno do Gestor para os investimentos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Tais aspectos contábeis, inclusive as questões relativas ao Método de Equivalência Patrimonial, foram validados por auditoria externa independente e custodiante, demonstrando que atendem à regulamentação aprovada pela CVM e são práticas predominantes no mercado de Fundos de Investimento.

6.1.2 Remuneração da Administradora do FI-FGTS

A Caixa é a administradora do FI-FGTS e a sua remuneração está prevista no capítulo V, Artigo 22, Parágrafos Primeiro e Segundo, do Regulamento do FI-FGTS.

A Taxa de Administração a ser paga pelo FI-FGTS à Administradora corresponde a 1,0 % a.a. (um por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do FI-FGTS, exceto para os valores aplicados em Disponibilidades, sobre os quais incidirá percentual de 0,10% a.a. (dez centésimos por cento).

As atividades de administração do FI-FGTS estão descritas no Artigo 4º do Regulamento:

“Compete à ADMINISTRADORA a gestão do patrimônio do FUNDO, podendo realizar todas as operações, praticar todos os atos que se relacionem com o seu objeto e exercer todos os direitos inerentes à titularidade dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o de promover medidas judiciais e administrativas, votação em assembleias gerais e especiais, abertura e movimentação de contas bancárias, aquisição e alienação de títulos pertencentes ao FUNDO, desde que observadas as restrições impostas por este Regulamento. Poderá, ainda, proceder à contratação de terceiros legalmente habilitados para a prestação de serviços relativos às atividades do FUNDO”.

Com isso, podemos destacar algumas das atividades, como:

- a) representar o Fundo nos comitês dos fundos investidos, em assembleias de debenturistas, de credores e acionistas;
- b) avaliar viabilidade econômico-financeira dos ativos a serem investidos;
- c) negociar e celebrar acordos prévios e finais de investimento;
- d) controlar o cumprimento das obrigações de investimento dos tomadores de recursos;
- e) executar atos societários necessários às atividades da empresa investida;
- f) administrar o retorno dos investimentos realizados com recursos de terceiros;
- g) elaborar proposta de desinvestimento dos fundos/ativos geridos;
- h) propor estratégias para negociações e diretrizes para abertura de capital em companhias investidas, com vistas à consecução do desinvestimento;
- i) controlar fluxo de desembolso dos recursos investidos nos projetos;
- j) renegociar dívidas e participações dos fundos de investimento;
- k) promover a execução de garantias reais, extrajudiciais ou judiciais, em ativos inadimplidos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Desta forma, no exercício de 2015 foi reconhecido durante o exercício uma despesa com taxa de administração de cerca R\$ 272,127 milhões a título de remuneração pelos serviços de administração e gestão do FI-FGTS pela Caixa.

6.2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

Conforme mencionado anteriormente e, antes de apresentar informações acerca das Demonstrações Financeiras do Fundo, cabe destacar que os investimentos realizados pelo FI-FGTS não são, em sua maioria, negociados em mercados organizados. Desta forma, tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Neste sentido, o valor do investimento será significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, ou seja, venda por parte do Fundo do ativo em questão. Em decorrência disto, haverá repercussão no valor da cota do Fundo na carteira de investimento, sensibilizando diretamente os números apresentados nas Demonstrações Financeiras do FI-FGTS.

Esta metodologia fora aprovada pelo auditor independente externo do Fundo e também pelo custodiante e está devidamente aderente à regulamentação aprovada pela CVM.

As Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 do FI-FGTS, as notas explicativas sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras são apresentados no Anexo I. Conforme item 5.1 estes documentos também podem ser encontradas por meio do sítio do FI-FGTS (http://www.fgts.gov.br/trabalhador/fi_fgts.asp), no sítio da sua Administradora (www.caixa.gov.br/downloads) e no sítio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Diante do apresentado acima, as demonstrações contábeis do FI-FGTS (Anexo I) apresentaram a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de Caixa do exercício findo na referida data.

Nestas demonstrações contábeis são destacados os aspectos relevantes da situação patrimonial e financeira e dos resultados do FI-FGTS no exercício de 2015.

O ativo total do Fundo alcançou o montante aproximado de R\$ 30,93 bilhões registrando uma variação de -3,03% em relação à 2014 (R\$ 31,90 bilhões), cujos principais componentes patrimoniais apresentaram as seguintes posições:

- as aplicações interfinanceiras de liquidez, no montante aproximado de R\$ 6,60 bilhões (R\$ 5,18 bilhões em 2014), apresentaram uma variação positiva de R\$ 1,42 bilhões



MINISTÉRIO DO TRABALHO

FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

(correspondente a um crescimento de 27,33%), associada aos resgates⁷ e rendimentos verificados no período;

- destaca-se que os investimentos em projetos realizados por instrumentos de dívida (debêntures) registraram o saldo total atualizado aproximado de R\$ 13,04 bilhões (R\$ 14,77 bilhões em 2014), representando variação negativa de 11,75%. Já os investimentos em cotas de fundos registraram um saldo total atualizado aproximado de R\$ 2,27 bilhões (R\$ 2,86 bilhões em 2014), representando variação negativa no saldo de 20,50%. As participações societárias totalizaram cerca de R\$ 7 bilhões (R\$ 8,28 bilhões em 2014), representando variação negativa de 15,48%;

O passivo total, composto pelas obrigações e o patrimônio líquido do FI-FGTS, totalizou cerca R\$ 30,93 bilhões, cujos principais componentes patrimoniais apresentaram a posição a seguir:

- patrimônio líquido, no total de aproximadamente R\$ 30,90 bilhões, registrou uma redução de cerca de R\$ 967 milhões, redução de 3,03% em relação ao exercício anterior (R\$ 37,87 bilhões), decorrente do resultado apurado no período. Em 2015 a rentabilidade líquida da cota foi de -3,03%.

No exercício de 2015, o FI-FGTS apresentou resultado líquido negativo de cerca de R\$ 967 milhões, com variação negativa de aproximadamente 3,03 bilhões em relação ao ano anterior (R\$ 2,06 bilhões em 2013), em que se destacam os seguintes itens:

- resultado negativo da avaliação dos investimentos em ações, fortemente impactado pelos ajustes de Provisão para redução ao valor recuperável, valoriação/desvalorização a preço de mercado e Equivalência Patrimonial;
- Provisões para redução ao valor recuperável para debêntures e cotas de fundos de investimento, que impactaram negativamente o resultado das Receitas/Despesas de ativos financeiros.

6.2.1 Parecer da Auditoria Independente

A KPMG Auditores Independentes, auditor independente, registrado na CVM e contratada para auditar o Fundo, emitiu em 9 de junho de 2016 (Anexo I) parecer opinando, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da CVM.

⁷ Trata-se de resgates dos ativos que compõem a carteira do FI-FGTS e não de suas cotas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

6.2.2 Base para opinião do Auditor Independente do Fundo (KPMG Auditores Independentes)

Conforme notas explicativas nº 4 a 6, em 31 de dezembro de 2015, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em bolsa, debêntures não conversíveis em ações e cotas de Fundos de investimentos, no montante de R\$ 21.655.965 mil, dos quais, R\$ 4.118.587 mil (nota explicativa nº 13.c), são provenientes de entidades que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”. Os relatórios dos auditores independentes daquelas entidades, que representam parte relevante dos investimentos, contiveram modificação devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as suas demonstrações financeiras, ou ênfase relacionada a operação “Lava Jato”. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos investimentos apresentados no demonstrativo da composição e diversificação da carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2015, assim como nos elementos componentes da demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo naquela data.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1. Gestão de Pessoas e estrutura de pessoal da unidade

Conforme a Visão Geral da Unidade apresentada no capítulo 2, o FI-FGTS criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, sendo constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS, sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, não possuindo personalidade jurídica, cabendo a administração, gestão e representação judicial e extrajudicialmente à Caixa, instituição com patrimônio e personalidade jurídica próprios.

Assim o FI-FGTS, como Unidade Prestadora de Contas – UPC, é representado pela Caixa nos termos descritos no Capítulo 6, item 6.1.2, não apresentando estrutura de pessoal própria.

7.2. Gestão de Tecnologia da Informação e principais sistemas de informação

Em linha com o item 7.1 o FI-FGTS não possui personalidade jurídica, cabendo a administração, gestão e representação judicial e extrajudicialmente à Caixa, instituição com patrimônio e personalidade jurídica próprios.

Assim o FI-FGTS, como Unidade Prestadora de Contas – UPC, é representado pela Caixa nos termos descritos no Capítulo 6, item 6.1.2, não apresentando estrutura de tecnologia da informação e sistemas de informação próprios, haja vista essas soluções serem conduzidas internamente pela Administradora do Fundo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015 não houve recebimento de novas determinações ou recomendações do TCU para tratamento.

Não existem determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento, uma vez que o Acórdão 870/2016 considerou cumpridas as determinações contidas no Acórdão 3511/2014.

Em relação às formas que a administradora dispõe para acompanhamento de determinações e recomendações do TCU, a Vice-Presidência de Riscos da Caixa, por meio de uma de suas superintendências, é responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de órgãos de controle e fiscalização, inclusive o controle do cumprimento das deliberações desses órgãos. As demandas, incluindo as deliberações consubstanciadas em Acórdãos que podem resultar em determinações e/ou recomendações emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), são registradas em sistema corporativo de acompanhamento, o qual auxilia todas as áreas envolvidas no controle do cumprimento destas demandas.

8.2. Tratamento de determinações e recomendações da CGU

A Decisão Normativa - TCU 140, de 15 de outubro de 2014, estabeleceu que o FI-FGTS era uma das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis teriam as contas de 2014 julgadas pelo Tribunal. Desta forma, seu respectivo órgão de controle interno deveria apresentar as peças complementares ao relatório de gestão do exercício de 2014.

A CGU realizou os trabalhos de campo entre outubro e dezembro de 2015, tendo emitido ao final do processo o relatório de auditoria, o certificado de auditoria e o parecer do dirigente do órgão de controle interno.

O Parecer de Dirigente do Controle Interno, referente ao Relatório de Auditoria Anual de Contas número 201504293, avaliou que em relação aos aspectos mais marcantes da gestão avaliada, os recursos que integram o FI-FGTS estão alocados em proporções condizentes com os limites definidos em seu regulamento, seja quanto à distribuição espacial, uma vez que há investimentos presentes em todas as regiões do Brasil, seja quanto ao setor de atuação, e que em relação aos controles internos administrativos da unidade, a avaliação feita pela equipe de auditoria a partir do material disponibilizado pelos gestores feitos permite atribuir nível “Avançado” de maturidade.

Por fim, o parecer destaca que a única constatação registrada no relatório de auditoria versa sobre a demora em disponibilizar documentação dos investimentos realizados pelo FI-FGTS em 2014, e posterior disponibilização dos documentos, porém com informações censuradas,



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

impossibilitando a realização de análises por parte da CGU. Neste sentido, o Relatório de Auditoria apresentou duas recomendações ao FI-FGTS:

- (i) Regulamentar procedimento para que, quando da formalização dos investimentos, a investida assine termo autorizando a Administradora do FI-FGTS a disponibilizar integralmente aos órgãos de fiscalização federal as informações inerentes ao investimento e à empresa, em especial os dados financeiros e contábeis, de forma a não se enquadrar tal disponibilização à disciplina da LC nº 105/2001, que dispõe sobre sigilo das operações de instituições financeiras.
- (ii) Regulamentar os procedimentos a serem adotados pelos gestores do FI-FGTS para disponibilizar aos órgãos de controle as informações consideradas sigilosas.

As recomendações foram objeto de discussões entre os representantes da CGU e da administradora do FI-FGTS, onde foram apresentados os esclarecimentos pertinentes, bem como em que se buscou endereçar as questões ao tema em comento, cujos esforços estão sendo envidados entre os envolvidos para resolver tal situação, observados os limites de sua ingerência na estrutura organizacional que se inserem de forma que não sejam repetidas nos próximos trabalhos de auditorias situações análogas.

Em relação à recomendação (i) acima, serão mantidas tratativas no exercício de 2016 entre as áreas internas da Caixa e comitês pertinentes no sentido de promover os ajustes necessários em documento celebrado entre a Caixa na qualidade de administradora de fundos por ocasião da avaliação de potencial oportunidade de investimento, de modo que a contraparte deixe expressamente pré-autorizada a entrega bem como o acesso às informações confidenciais pelos órgãos de controle e fiscalização aos quais o FI-FGTS se submete.

Em relação à recomendação (ii) acima, a Caixa irá, no exercício de 2016, discutir e estabelecer os procedimentos a serem adotados para disponibilizar aos órgãos de controle as informações classificadas como sigilosas de forma a permitir o acesso a essas informações confidenciais e sigilosas sem que esse acesso seja caracterizado como quebra do dever de confidencialidade.

A Vice-Presidência de Riscos da Caixa, por meio de uma de suas superintendências, é responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de órgãos de controle e fiscalização, inclusive o controle do cumprimento das deliberações desses órgãos. As demandas, incluindo as registradas nos relatórios definitivos e notas de auditoria emitidos pela Controladoria Geral da União (CGU), são registradas em sistema corporativo de acompanhamento, o qual auxilia todas as áreas envolvidas no controle do cumprimento das determinações.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

9. APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice I – Indicadores de Desempenho Socioeconômico e o Resultado da Avaliação do Impacto Socioeconômico das Operações do FI-FGTS

Indicadores de Desempenho Socioeconômico e o Resultado da Avaliação do Impacto Socioeconômico das Operações do FI-FGTS									
ENERGIA - Geração ¹									
Energia	(MW)			(MW)			(MW)		
	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014
Total (FI-FGTS)	25.786	2,15%	2,15%	25.242	0,00%	0,00%	25.242	0,00%	25.242
Total Brasil	140.271	0,85%	4,97%	139.082	4,08%	7,68%	133.635	3,46%	129.166
Participação FI-FGTS no Setor	18,38%	1,29%	-2,68%	18,15%	-3,92%	-7,13%	18,89%	-3,34%	19,54%

ENERGIA LIMPA - Geração ²									
Energia	(MW)			(MW)			(MW)		
	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014
Total (FI-FGTS)	23.605	0,00%	0,00%	23.605	0,00%	0,00%	23.605	0,00%	23.605
Total Brasil	98.888	1,63%	5,16%	97.300	3,47%	4,29%	94.039	0,79%	93.300
Participação FI-FGTS no Setor	23,87%	-1,61%	-4,90%	24,26%	-3,35%	-4,11%	25,10%	-0,79%	25,30%

ENERGIA - Distribuição ³									
Energia	(Nº de ligações)			(Nº de ligações)			(Nº de ligações)		
	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014
Total (FI-FGTS)	9.964.894	0,39%	82,23%	9.926.509	81,53%	81,53%	5.468.341	0,00%	5.468.341
Total Brasil	78.910.580	2,64%	5,78%	76.883.226	3,06%	3,74%	74.598.618	0,66%	74.111.606
Participação FI-FGTS no Setor	12,63%	-2,19%	72,27%	12,91%	76,13%	74,98%	7,33%	-0,65%	7,38%

ENERGIA - Transmissão ⁴									
Energia	(Km)			(Km)			(Km)		
	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014
Total (FI-FGTS)	4.605	0,17%	13,94%	4.597	13,75%	13,75%	4.041	0,00%	4.041
Total Brasil	113.774	1,37%	1,37%	112.238	0,00%	8,59%	112.238	8,59%	103.362
Participação FI-FGTS no Setor	4,05%	-1,18%	12,41%	4,10%	13,75%	4,75%	3,60%	-7,91%	3,91%



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

FERROVIA ⁵

Ferrovia	(TKU)			(TKU)			(TKU)			(TKU)		
	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014			
Total (FI-FGTS)	154.922.065.624	3,37%	3,37%	149.877.052.000	0,00%	27,35%	149.877.052.000	27,35%	117.685.472.000			
Total Brasil	331.721.000.000	7,95%	9,30%	307.304.000.000	1,25%	2,09%	303.502.000.000	0,83%	301.000.000.000			
Participação FI-FGTS no Setor	46,70%	-4,24%	-5,43%	48,77%	-1,24%	24,74%	49,38%	26,30%	39,10%			

RODOVIA ⁶

Rodovia	(Km)			(Km)			(Km)			(Km)		
	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014			
Total (FI-FGTS)	3.919	6,58%	40,79%	3.677	32,10%	39,22%	2.783	5,39%	2.641			
Total Brasil	210.619	0,00%	-1,22%	210.619	-1,22%	-1,22%	213.230	0,00%	213.230			
Participação FI-FGTS	1,86%	6,58%	42,54%	1,75%	33,74%	40,94%	1,31%	5,39%	1,24%			
Total de Rodovia sob Concessões	19.463	2,65%	13,65%	18.960	10,72%	19,45%	17.125	7,89%	15.873			
Participação FI-FGTS no Setor	20,13%	3,82%	23,88%	19,39%	19,32%	16,55%	16,25%	-2,32%	16,64%			

SANEAMENTO ⁷

Saneamento (Nº de domicílios atendidos)												
	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014			
FI-FGTS												
Água	1.286.424	0,96%	74,00%	1.274.246	72,35%	73,18%	739.327	0,48%	735.791			
Esgoto	1.928.944	3,29%	51,48%	1.867.419	46,65%	53,15%	1.273.373	4,43%	1.219.326			
Total (FI-FGTS)	3.215.368	2,35%	59,75%	3.141.665	56,09%	60,69%	2.012.700	2,95%	1.955.117			
Total Brasil	99.800.000	6,22%	7,06%	93.960.000	0,79%	4,97%	93.219.000	4,14%	89.509.000			
Água	57.200.000	2,96%	3,35%	55.555.000	0,37%	3,56%	55.348.000	3,17%	53.647.000			
Esgoto	42.600.000	10,92%	12,49%	38.405.000	1,41%	7,09%	37.871.000	5,60%	35.862.000			
Participação FI-FGTS no Setor	3,22%	-3,64%	49,22%	3,34%	54,86%	53,08%	2,16%	-1,15%	2,18%			
Água	2,25%	-1,95%	68,37%	2,29%	71,71%	67,23%	1,34%	-2,61%	1,37%			
Esgoto	4,53%	-6,88%	34,67%	4,86%	44,61%	43,01%	3,36%	-1,11%	3,40%			

PORTOS ⁸

Portos	(Ton)			(Ton)			(Ton)			(Ton)		
	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014			
Total (FI-FGTS)	62.770.228	0,00%	6,35%	62.770.228	6,35%	97,05%	59.023.743	85,29%	31.854.743			
Total Brasil	1.007.542.986	4,08%	7,49%	968.053.368	3,28%	3,97%	937.318.000	0,67%	931.045.193			
Participação FI-FGTS no Setor	6,23%	-3,92%	-1,06%	6,48%	2,97%	89,52%	6,30%	84,05%	3,42%			



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

EMPREGOS⁹

Empregos	31/12/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	30/06/2015	% Variação (Semestral)	% Variação (Anual)	31/12/2014	% Variação (Semestral)	30/06/2014
Total	592.293	2,65%	11,75%	577.007	8,87%	11,00%	529.994	1,95%	519.833

Notas Explicativas

- 1 - Energia - Geração: Capacidade Instalada Medida em Megawatt (MW)
- 2 - Energia Limpa - Geração: Potência Gerada Medida em Megawatt (MW). Consideramos como Energia Limpa: Hidrelétrica, Eólica, Solar, Termelétrica de Biomassa e Termelétrica a Gás Natural.
- 3 - Energia - Distribuição: Medida em número de ligações (Unidades consumidoras).
- Em 2015 foram incluídos dados de Distribuição de Energia de um investimento realizado em outro exercício.
- 4 - Energia - Transmissão: Medida a extensão das linhas por quilometragem. Parte dos recursos investidos pelo FI-FGTS na CEEE foram alocados em subestações de transmissão. Neste caso, a medida utilizada é MVAR que não é conversível para extensão em quilômetros.
- 5 - Ferrovias: Medida a produção ferroviária em TKU (toneladas por quilometro útil).
- 6 - Rodovia: Medida da malha rodoviária pavimentada em quilômetros.
- 7 - Saneamento: Medição do número de domicílios atendidos.
- 8 - Portos: Medição da capacidade de movimentação geral de cargas nos portos e terminais brasileiros em toneladas.
- 9 - Empregos: Os valores expressos foram informados pelas companhias investidas.
- 10 - Logística: Os recursos investidos na CONEPAR, MDCPAR e Logbras se referem a estrutura complementar aos indicadores acima. Não foram criados dados nacionais para comparativo.
- 11- Hidrovias: Os recursos foram investidos na Eldorado. Não foi criado indicador para comparativo.
- 12- O Presente Relatório é passível de revisão, em razão dos dados apresentados serem obtidos de fontes externas e não controlados pelo Administrador do Fundo.

Fontes do Total Brasil:

- Energia - Geração: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Energia - Distribuição: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE
Energia - Transmissão: Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS
Ferrovia: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Portos: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
Rodovia: Confederação Nacional do Transporte - CNT
Saneamento: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Apêndice II – Tabela - Evolução das Integralizações do FGTS e do FI-FGTS

Tabela - Evolução das Integralizações do FGTS e do FI-FGTS

Data	Valor Total Subscrito	Autorizado Reinvestimento	Valor Total Comprometido (VTC)	Res. CCFGTS	Integralizações FGTS no FI-FGTS	Fonte das Integralizações em ativos do FI-FGTS	
						Subscrição de novas cotas pelo FGTS	Reinvestimento
07/2008	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63	Res 553/2007 ⁸	50.000.000,00		
08/2008	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63				
09/2008	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		500.000.000,00	500.000.000,00	
10/2008	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		462.500.000,00	462.500.000,00	
11/2008	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63				
12/2008	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		8.286.532.320,00	8.286.532.320,00	
01/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		211.991.800,00	40.991.800,00	
02/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		52.214.000,00		
03/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		1.700.000.000,00	252.213.634,19	
04/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63			1.671.000.000,00	
05/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63				
06/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63				
07/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63				
08/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63				
09/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		400.000.000,00	400.000.000,00	
10/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		650.000.000,00	650.000.000,00	
11/2009	17.100.801.176,63		17.100.801.176,63		88.000.000,00		
12/2009	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38		1.406.331.385,48	214.230.642,50	
01/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38			20.000.000,00	
02/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38			60.000.000,00	
03/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38	400.000.000,00	40.000.000,00		
04/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38		425.800.000,00		
05/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38	Res 617/2009 (FIC FI-FGTS) e 620/2009			
06/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38		60.000.000,00	363.000.000,00	
07/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38			60.000.000,00	
08/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38		600.000.000,00	620.000.000,00	
09/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38		1.800.000.000,00	1.539.400.000,00	
10/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38			70.000.000,00	
11/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38		109.000.000,00	41.750.000,00	
12/2010	26.320.285.669,38		26.320.285.669,38		500.000.000,00	610.800.000,00	
01/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78	Res 651/2010		84.200.000,00	
02/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78			750.000,00	
03/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78		200.000.000,00	132.142.980,00	
04/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78				

⁸ Resolução CCFGTS nº 553, de 20 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 2007, que aprova o Regulamento do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, estabelecendo o Valor Total Subscrito.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

05/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78		109.367.762,14	209.367.762,14	
06/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78			125.000.000,00	
07/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78			97.904.000,00	
08/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78			1.510.600,00	
09/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78			101.000.000,00	
10/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78		90.000.000,00	70.815.065,09	
11/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78		250.000.000,00	50.000.000,00	
12/2011	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78			50.000.000,00	
01/2012	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78		250.000.000,00	284.930.000,00	
02/2012	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78			53.307.135,00	
03/2012	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78			85.607.929,50	
04/2012	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78				
05/2012	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78		952.291.295,21	695.956.902,00	
06/2012	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78		334.954.950,00	601.510.600,00	
07/2012	28.395.434.667,78		28.395.434.667,78		30.607.500,00	34.954.950,00	
08/2012	34.810.538.656,15	4.443.122.609,11	39.253.661.265,26			31.857.791,25	
09/2012	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26		1.250.000.000,00	1.250.000.000,00	77.794.397,10
10/2012	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26			2.500.002,54	
11/2012	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26		940.000.000,00		
12/2012	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26			940.000.000,00	71.630.326,95
01/2013	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26			6.457.847,15	
02/2013	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26				1.850.000.000,00
03/2013	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26			18.250.002,54	
04/2013	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26			30.308.303,00	35.429.000,00
05/2013	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26				199.918.417,98
06/2013	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26				92.025.580,00
07/2013	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26			2.256.895,75	
08/2013	34.810.538.656,15		39.253.661.265,26			12.500.000,33	400.149.700,00
09/2013	34.810.538.656,15	818.850.767,00	40.072.512.032,26				42.480.013,41
10/2013	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26				20.564.745,90
11/2013	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26			48.787.953,72	85.682.354,45
12/2013	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26			82.620.106,53	743.571.448,16
01/2014	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26				90.000.000,00
02/2014	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26				19.960.000,00
03/2014	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26				19.960.000,00
04/2014	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26			717.033,00	39.740.401,08
05/2014	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26		1.200.000.000,00	1.204.550.209,00	62.731.174,35

⁹ Resolução CCFGTS nº 698, de 28 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de setembro de 2012, que aprova alteração do Regulamento do FI-FGTS, autoriza o reinvestimento de recursos do FI-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações e dá outras providências.

¹⁰ Resolução CCFGTS nº 699, de 28 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de setembro de 2012, que autoriza a subscrição e integralização da sexta parcela de recursos do FGTS no FI-FGTS e dá outras providências, como alterar o Valor Total Subscrito.

¹¹ Resolução CCFGTS nº 731, de 25 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de setembro de 2013, que autoriza o reinvestimento de recursos do FIFGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

06/2014	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26			31.128.186,92	31.504.297,50	
07/2014	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26				7.642.831,44	
08/2014	34.810.538.656,15		40.072.512.032,26				100.694.431,71	
09/2014	34.810.538.656,15	2.209.931.084,02	42.282.443.116,28	Res 753/2014 ¹²			726.097.701,47	
10/2014	34.810.538.656,15		42.282.443.116,28				140.256.872,90	
11/2014	34.810.538.656,15		42.282.443.116,28			49.609.833,96	29.031.312,40	
12/2014	34.810.538.656,15		42.282.443.116,28				61.420.983,08	
01/2015	34.810.538.656,15		42.282.443.116,28				184.115.381,50	
02/2015	34.810.538.656,15		42.282.443.116,28					
03/2015	34.810.538.656,15		42.282.443.116,28					
04/2015	34.810.538.656,15		42.282.443.116,28				610.000.000,00	
05/2015	53.676.679.760,90		61.148.584.221,03	Res 775/2015 ¹³				
06/2015	53.676.679.760,90		61.148.584.221,03					
07/2015	53.676.679.760,90		61.148.584.221,03					
08/2015	53.676.679.760,90		61.148.584.221,03				100.692,92	
09/2015	53.676.679.760,90		61.148.584.221,03				135.056,94	
10/2015	64.047.576.000,00	1.437.370.126,68	72.956.850.586,81	Res 785/2015 ¹⁴ e 789/2015 ¹⁵			129.681,98	
11/2015	64.047.576.000,00		72.956.850.586,81					
12/2015	64.047.576.000,00		72.956.850.586,81				123.664,63	
TOTAIS						22.883.791.012,83	22.718.720.486,11	5.742.890.467,85

¹² Resolução CCFGTS nº 753, de 2 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de setembro de 2014, que autoriza o reinvestimento de recursos do FI-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações.

¹³ Resolução CCFGTS nº 775, de 26 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de maio de 2015, que aprova a subscrição e a integralização da sétima parcela de recursos do FGTS no FI-FGTS e a alteração no Regulamento do FI-FGTS, aprovado pela Resolução nº 553, de 20 de dezembro de 2007, o que inclui a alteração do Valor Total Subscrito.

¹⁴ Resolução CCFGTS nº 785, de 27 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de outubro de 2015, que altera o Regulamento do Fundo de Investimento do FGTS, aprovado pela Resolução nº 553, de 20 de dezembro de 2007, o que inclui a alteração do Valor Total Subscrito.

¹⁵ Resolução CCFGTS nº 789, de 27 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de outubro de 2015, que autoriza o reinvestimento de recursos do FIFGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações no exercício de 2014.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Anexo I - Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 do FI-FGTS, Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras

O restante desta página foi deixada propositadamente em branco

Fundo de
Investimento do
Fundo de Garantia
do Tempo de
Serviço - FI-FGTS

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e de 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	6
Demonstração da evolução do patrimônio líquido	7
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	8



KPMG Auditores Independentes
Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro
06086-050 - Osasco/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 2856-5300, Fax 55 (11) 2856-5320
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Cotista e à Administradora do
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS ("Fundo"), administrado pela Caixa Econômica Federal, que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme notas explicativas nº 4 a 6, em 31 de dezembro de 2015, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em bolsa, debêntures não conversíveis em ações e cotas de Fundos de investimentos, no montante de R\$ 21.655.965 mil, dos quais, R\$ 4.118.587 mil (nota explicativa nº 13.c), são provenientes de entidades que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como "Lava Jato". Os relatórios dos auditores independentes daquelas entidades, que representam parte relevante dos investimentos, contiveram modificação devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as suas demonstrações financeiras, ou ênfase relacionada a operação "Lava Jato". Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos investimentos apresentados no demonstrativo da composição e diversificação da carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2015, assim como nos elementos componentes da demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 462/07 da CVM.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório de auditoria com modificações em 22 de maio de 2015, em razão do fundo ter reconhecido integralmente o valor a receber da opção de venda de ações, registrando resultado positivo no exercício de 2013 de R\$ 445.176 mil, com base em avaliação realizada pelo Administrador e Gestor do Fundo, cujo valor foi subsequentemente homologado judicialmente. Não foi praticável a época determinar a parcela do resultado reconhecida no exercício de 2013, apresentado para fins de comparativos naquela demonstração financeira. Esse assunto referia-se exclusivamente as cifras de 2013, apresentados para fins de comparação, e não tem impacto no ativo, patrimônio líquido e resultado do Fundo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 9 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço - FI-FGTS**

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2015

Aplicações - Especificações	Espécie/ Tipo	Quantidade	realização R\$ mil	patrimônio líquido
Disponibilidades			<u>1</u>	<u>-</u>
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez			<u>6.597.690</u>	<u>21,35</u>
Notas do Tesouro Nacional - Série B		543.919	1.382.238	4,47
Letras do Tesouro Nacional		7.602.484	5.215.452	16,88
Debêntures não conversíveis em ações (nota explicativa nº 4)			<u>13.036.501</u>	<u>42,17</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	4.130.546	13,36
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120	2.334.823	7,55
Porto do Açú Operações S.A.		750.000	1.183.972	3,83
Eldorado Brasil Celulose S.A.		940.000	1.149.056	3,72
Teles Pires Participações S.A.		65.000	854.169	2,76
NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.		10	657.205	2,13
Brasil Term Participações S.A.		1	530.806	1,72
Alupar Investimentos S.A.		300	387.610	1,25
Ligth Energia S.A.		30	27.785	0,09
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.		470	435.303	1,41
Viarondon Concessionária de Rodovias S.A.		300	400.759	1,30
All - América Latina Logística Malha Sul - SA		1	176.883	0,57
All - América Latina Logística Malha Paulista - SA		1	176.883	0,57
All - América Latina Logística Malha Norte - SA		1	176.883	0,57
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	118.772	0,38
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	110.561	0,36
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88	108.662	0,35
Odebrecht TransPort S.A.		7.950	75.823	0,25
Cotas de fundos (nota explicativa nº 5)			<u>2.274.042</u>	<u>7,36</u>
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento		500.000.000,000000	778.223	2,52
Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		1.100.232.425,9250700	718.862	2,33
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste		641,2677015	646.524	2,09
Fundo de Investimento em Participações Sondas		633.948.080,0000040	275.010	0,89
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100,0000000	101.169	0,33
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT		200.000,0000000	28.589	0,09
Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística		2.500,0000000	675	0,00
Provisão para Redução ao valor recuperável - Fundo de Investimento em Participações Sondas		633.948.080,0000040	(275.010)	(0,89)
Ações sem cotação em bolsa (nota explicativa nº 6)			<u>6.345.422</u>	<u>20,54</u>
VLI S.A.	ON	1.413.854.823	1.285.652	4,16
Odebrecht TransPort S.A.	ON	64.400.045	2.031.417	6,57
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	ON	510.551.593	1.201.885	3,89
Energimp S.A.	ON	460.437.026	166.679	0,54
Cone S.A.	ON	35.099.302	521.818	1,69
MDCPar S.A.	ON	3.757.260	304.806	0,99
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681	239.826	0,78
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143	217.181	0,70
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000	104.814	0,34
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283	135.088	0,44
Ijuí Energia S.A.	PN	42.041.590	35.589	0,12
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	39.352.128	44.074	0,14
OAS Óleo e Gás S.A.	PNB	2.063.983	22.637	0,07
OAS Óleo e Gás S.A.	PNA	1.786.061	19.589	0,06
OAS Óleo e Gás S.A.	ON	1.309.916	14.367	0,05
Ações com cotação em bolsa (nota explicativa nº 7)			<u>384.545</u>	<u>1,24</u>
Alupar Investimentos S.A.		29.243.000	384.545	1,24
Ações preferenciais resgatáveis			<u>271.967</u>	<u>0,88</u>
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	271.967	0,88
Valores a receber			<u>2.023.139</u>	<u>6,55</u>
Valores a receber - Energisa S.A. (nota explicativa nº 8)			724.435	2,34
Dividendos e bonificações a receber			101.576	0,33
Outros valores a receber - OAS S.A. (nota explicativa nº 9)			227.816	0,74
Outros valores a receber - Sete Brasil Participações S.A. (nota explicativa nº 10)			2.840.213	9,19
Provisão para Redução ao valor recuperável - Sete Brasil Participações S.A.			(1.870.901)	(6,05)
Total do ativo			<u>30.933.307</u>	<u>100,09</u>
Valores a pagar			<u>28.610</u>	<u>0,09</u>
Ações a liquidar			4.141	0,01
Taxa de administração			23.992	0,08
Auditoria e custódia			477	-
Patrimônio líquido			<u>30.904.697</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido			<u>30.933.307</u>	<u>100,09</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Demonstração da evolução do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas)

	2015	2014
Patrimônio líquido no início do exercício:		
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,579932 cada	31.871.416	
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,475934 cada		28.606.510
Cotas emitidas no exercício:		
790.675.995,493 cotas	-	1.200.000
Patrimônio líquido antes do resultado	<u>31.871.416</u>	<u>29.806.510</u>
Resultado do exercício		
Receitas/Despesas ativos financeiros	<u>476.660</u>	<u>1.909.679</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	702.640	539.849
Rendas de Ativos Financeiros	1.731.694	1.743.962
Provisão para redução ao valor recuperável - Debêntures	(1.682.664)	(188.237)
Provisão para redução ao valor recuperável - Cotas de fundos de investimento	(275.010)	(185.895)
Resultado da avaliação dos investimentos em ações	<u>(1.204.647)</u>	<u>381.777</u>
Dividendos	80.004	106.604
Resultado nas negociações	1.414	132.448
Ajustes de Provisão para redução ao valor recuperável	(468.010)	120.112
Valorização/desvalorização a preço de mercado	(111.064)	66.278
Equivalência patrimonial	(706.991)	(43.665)
Outras receitas/despesas operacionais	<u>34.166</u>	<u>29.577</u>
Rendas de valores a receber	37.774	36.927
Outras despesas operacionais	(3.608)	(7.350)
Despesas	<u>(272.898)</u>	<u>(256.127)</u>
Taxa de administração	(272.127)	(255.278)
Auditoria e custódia	(709)	(646)
Taxa de fiscalização CVM	(52)	(43)
Serviços técnicos especializados	(10)	(160)
Total do resultado do exercício:	<u>(966.719)</u>	<u>2.064.906</u>
Patrimônio líquido no final do exercício:		
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,532010 cada	<u>30.904.697</u>	
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,579932 cada		<u>31.871.416</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira. O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante os exercícios em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da

carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1 Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora.

c.2 Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo.

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investidores e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

c.3 Títulos públicos federais

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos.

Ativos financeiros

De acordo com o estabelecido pela Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, os ativos financeiros são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- **Títulos para negociação:** incluem os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e avaliados diariamente pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

que o Fundo seja destinado exclusivamente a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, esses últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM;

que todos os cotistas declarem formalmente, por meio de um termo de adesão ao regulamento do fundo, a sua anuência à classificação de ativos financeiros integrantes da carteira do fundo; e

que os fundos de investimento invistam em cotas de outro fundo de investimento, que classifique os ativos financeiros da sua carteira na categoria de títulos mantidos até o vencimento. É necessário que sejam atendidas, pelos cotistas do fundo investidor, as mesmas condições acima mencionadas.

c.4 Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5 Provisão para redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma provisão para redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a provisão para redução ao valor recuperável, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa reversão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6 Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a

data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

c.7 Ações de companhias abertas

As ações estão avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela bolsa de valores.

d. Valores a Receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2015 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 31/12/2015	Valor em 31/12/2014	Valor da emissão	Data de emissão	Data final de vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	4.130.546	4.596.296	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Santo Antônio Energia S.A.	(b)	1.182.643	1.006.945	770.448	25/10/2012	01/11/2036
	(b)	1.152.180	975.237	809.346	30/06/2012	01/08/2037
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(c)	1.149.056	1.048.114	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Porto do Açú Operações S.A.	(d)	1.183.972	988.991	750.000	15/09/2012	15/08/2033
Teles Pires Participações S.A.	(e)	854.169	826.845	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(f)	435.303	474.091	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Energia S.A.	(g)	27.785	30.261	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Brasilterm Participações S.A.	(h)	530.806	440.668	400.312	07/04/2014	07/12/2024
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	400.759	363.008	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Alupar Investimento S.A.	(j)	387.610	350.588	300.000	30/05/2012	30/05/2027
MRS Logística S.A.	(k)	-	195.760	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(l)	176.883	174.921	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(l)	176.883	174.921	166.667	10/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A.	(l)	176.883	174.921	166.667	08/09/2008	31/07/2018
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	(m)	110.561	123.761	171.000	03/04/2009	03/04/2024
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(n)	118.772	119.334	109.000	10/12/2010	10/12/2035
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(o)	108.662	111.769	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht TransPort S.A.	(p)	75.823	86.824	75.702	14/11/2013	15/10/2025
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(q)	657.205	-	610.000	10/04/2015	15/08/2020
TOTAL		13.036.501	12.263.255	14.273.809		

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Devido ao seu status de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do Governo Brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovía, porto ou saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b. Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistemas de transmissão associado.

Os recursos captados com essa emissão são destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

c. Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão são destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas - MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da emissora.

d. Porto do Açu Operações S.A.

A Porto do Açu Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

Os recursos captados por meio dessa emissão são utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário, a retroárea e sua infraestrutura industrial localizados no município de São João da Barra - RJ.

Em 11 de dezembro de 2013 foi concluído o processo de aumento de capital na companhia, que culminou na alteração de controlador da Emissora. O novo controlador é o Grupo EIG com 52,8% do capital social.

Em 01 de setembro de 2014 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a alteração da razão social da companhia, de LLX Açu Operações Portuárias S.A. para Porto do Açu Operações S.A.

e. Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão são para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

f. Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,3 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento de projetos do plano de negócios da emissora.

g. Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento dos planos de negócios da emissora em UHE, Elevatórias e Centro de Operação.

h. Brasilterm Participações S.A.

A Brasilterm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

Mediante a aprovação da assunção de dívidas pelos órgãos reguladores, a Brasilterm Participações S.A. incorporou 100% do capital social de UTE Borborema e UTE Maracanaú.

Concomitantemente a esse processo, a Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

i. ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão são utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos e demais projetos aprovados na escritura.

j. Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em 3 empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

k. MRS Logística S.A.

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor ferroviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

Em 02 de setembro de 2015 a MRS Logística S.A. optou por exercer o direito de resgate antecipado da totalidade das debentures, pagando ao Fundo o valor de R\$ 165.717 correspondente ao saldo devedor integral da totalidade das debentures naquela data.

l. ALL - América Latina Logística S.A.

(Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL - América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações conforme o Anexo I da Escritura de Emissão.

m. Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

n. Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do

Estado do Ceara, conforme descrito no Quadro de Usos e Fontes constantes no Anexo VI da Escritura de Emissão.

o. TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

p. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão são destinados exclusivamente para uso da Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação.

Está nota deve ser lida em conjunto com a Nota Explicativa n 6.2.a.

q. Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra -

Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$ 61.000 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra - Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR - 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para a implementação dos projetos descritos no plano de investimentos da Emissora que contempla a modernização e ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra.

5 Fundos Investidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Fundo possui o montante de 2.274.042 do seu patrimônio líquido investido em cotas de Fundos de Investimento, os quais estão representados conforme segue:

	R\$ mil	
	2015	2014
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento (i)	778.223	698.148
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia (ii)	718.862	914.267
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (iii)	646.524	645.748
Fundo de Investimento em Participações Sondas (iv)	275.010	641.017
Provisão para redução ao valor recuperável - Fundo de Investimento em Participações Sondas	(275.010)	(185.895)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (v)	101.169	100.972
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT (vi)	28.589	44.150
Fundo de Investimento Participações Caixa Integração (vii)	675	2.009
Total:	2.274.042	2.860.416

(i) Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento

O Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento foi constituído em 6 de dezembro de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo possui em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 90.600 mil, equivalente a 11,64% do seu patrimônio em ações da Odebrecht Ambiental - Centro Norte Participações S.A. (“companhia investida”), as quais estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da companhia investida, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 7 de abril de 2016, opinando que as demonstrações das companhia investida representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a sua posição patrimonial e financeira. Adicionalmente, a referida demonstração financeira contém parágrafo de ênfase, em decorrência de investigações que estão sendo conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a companhia investida faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades.

(ii) Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia

O Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2007 sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 35 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo, prorrogáveis por períodos sucessíveis antes da data do término do prazo de duração do Fundo. O fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Madeira Energia S.A. - MESA (“companhia investida” ou “MESA”), as quais estão avaliadas pelo método de custo de aquisição. As demonstrações financeiras da companhia investida, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de março de 2016, opinando que as demonstrações da companhia investida representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MESA. Adicionalmente, a referida demonstração financeira contém parágrafo de ênfase, em decorrência de investigações que estão sendo conduzidas pelo Ministério Público Federal envolvendo certos acionistas indiretos da Companhia e determinados executivos desses acionistas indiretos, não sendo possível naquele momento determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e consequências futuras na companhia investida.

O auditor da companhia investida esclarece ainda que a MESA possui um conjunto de mecanismo e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas da Lei 12.846/13 e, assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar as demonstrações financeiras livres da distorção relevante.

(iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de vinte anos. Iniciou suas atividades em 30 de setembro de 2014 e destina - se a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 94% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(iv) Fundo de Investimento em Participações Sondas

O Fundo de Investimento Participações Sondas (“FIP Sondas”) foi constituído em 7 de agosto de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, as operações do Fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas do fundo, sendo que os primeiros 10 anos corresponderão ao período de investimento, e os 10 anos seguintes ao período de desinvestimento.

O Fundo investe aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Sete Brasil Participações S.A. (“Companhia”), as quais estão avaliadas pelo método de custo de aquisição. Até a conclusão deste relatório, as demonstrações financeiras da companhia investida ainda não haviam sido concluídas.

Em decorrência dos eventos envolvendo a companhia, descritos na NE nº 10, a Administradora reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável na totalidade do investimento em cotas do FIP Sondas, representando o saldo total de R\$ 275.010, reconhecido na rubrica Provisão para redução ao valor recuperável - Cotas de fundos de investimento.

(v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 anos. Iniciou suas atividades em 19 de dezembro de 2008 e destina-se a investidores qualificados.

O Fundo investe aproximadamente 93% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(vi) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT foi constituído em 25 de agosto de 2008 sob forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 11 de março 2009, com prazo determinado de duração de 104 meses, contados da primeira data de emissão das cotas. O prazo do Fundo poderá ser prorrogado por decisão da Assembleia Geral de Cotistas. O Fundo é destinado a investidores qualificados, a fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409/04 habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI - FGTS.

O Fundo investe aproximadamente 77% do seu patrimônio em Direitos Creditórios a Performar referente a direitos creditórios dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (“CCEAR”) e os direitos creditórios dos contratos de transmissão que não tenham sido efetivamente adquiridos pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT.

(vii) Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística

O Fundo de Investimento Participações Caixa Integração Logística foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas atividades em 12 de agosto de 2014. O Fundo possui prazo de duração de 12 anos, contados da data de integralização inicial, podendo a ser prorrogado por até 3 anos. O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados.

O Fundo investe 100% do seu patrimônio em aplicações interfinanceiras de liquidez.

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa

O Fundo investe em empresas de capital fechado cujas ações não são cotadas em bolsa de valores, nem suas debêntures negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira, com o consequente efeito no valor da cota do Fundo. As principais informações relacionadas a estes investimentos estão apresentadas a seguir.

**Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e de 2014

Posição acionária

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)					
	2015			2014		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%	1.413.854.823	-	15,90%
Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%	64.400.045	-	30,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%	510.551.593	-	30,00%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
MDCPAR S.A.	3.757.260	-	47,01%	3.757.260	-	47,01%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%	179.681	-	40,81%
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%	2.857.143	-	22,22%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%	90.000.000	-	45,00%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%	-	42.041.590	49,99%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	39.352.128	47,99%	-	40.991.800	49,99%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%	1.309.916	3.850.044	39,00%

6.1 Composição das investidas em 2014

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas conforme quadros abaixo:

Empresas	31 de dezembro de 2014			
	Valor Patrimonial	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2014
Cone S.A.	623.996	280.119	(38.386)	865.727
Energimp S.A.	362.178	151.274	-	513.455
OAS Óleo e Gás S.A.	68.440	19.304	-	87.745
Odebrecht TransPort S.A.	1.084.888	1.279.480	-	2.364.368
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	-	-	-	-
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	596.833	564.242	-	1.161.075
Foz do Rio Claro Energia S.A.	39.587	-	-	39.587
Hidrotérmica S.A.	80.751	91.273	-	172.025
Ijuí Energia S.A.	31.937	-	-	31.937
J Malucelli Energia S.A.	90.983	178.638	(24.170)	245.451
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	95.020	-	-	95.020
MDCPAR S.A.	131.516	168.620	-	300.137
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	-	-	-
Brado Logística e Participações S.A.	126.158	284.223	-	410.381
VLI S.A.	1.312.249	(77.012)	-	1.235.237
TOTAL 2014	4.644.536	2.940.161	(62.556)	7.522.142

6.2 Movimentação dos investimentos em 2015

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 31 de dezembro de 2015 conforme quadros abaixo:

Empresas		Movimentação investimento 2015			Saldo Contábil em 31/12/2015
		Saldo Contábil em 31/12/2014	Ajuste de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2015	
Odebrecht TransPort S.A.	(a)	2.364.368	-	(332.951)	2.031.417
VLI S.A.	(b)	1.235.237	-	50.415	1.285.652
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	(c)	1.161.075	-	40.809	1.201.884
Cone S.A.	(d)	865.727	(16.979)	(326.930)	521.818
MDCPAR S.A.	(e)	300.137	-	4.669	304.806
J Malucelli Energia S.A.	(f)	245.451	20.776	(26.401)	239.826
Brado Logística e Participações S.A.	(g)	410.381	(182.148)	(11.052)	217.181
Energimp S.A.	(h)	513.452	(288.437)	(58.336)	166.679
Hidrotérmica S.A.	(i)	172.025	-	(36.938)	135.087
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(j)	95.020	(1.222)	11.016	104.814
OAS Óleo e Gás S.A.	(k)	87.745	-	(31.151)	56.594
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(l)	39.587	-	6.207	44.075
Ijuí Energia S.A.	(m)	31.937	-	3.652	35.589
TOTAL 2015		7.522.142	(468.010)	(706.991)	6.345.422

a. *Odebrecht TransPort S.A.*

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 17 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de abril de 2016 com ressalva, decorrente de investigações conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a companhia faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades. Adicionalmente, o auditor incluiu uma ênfase em seu relatório, em razão da companhia possuir excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, o que suscita dúvida substancial sobre a continuidade operacional da companhia.

b. *VLI S.A.*

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimento.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 19 de março de 2016 contendo parágrafo de ênfase relativa a possíveis mutações patrimoniais decorrentes de devolução de determinados trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atualmente. De acordo com a administração da Companhia essas possíveis mutações patrimoniais somente poderiam ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

c. *Odebrecht Ambiental Participações S.A.*

A Odebrecht Ambiental S.A. foi constituída em 12 de setembro de 2013 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto - concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais - terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos - diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, em 28 de abril de 2016, com ressalva, decorrente de investigações conduzidas pela Polícia Federal envolvendo as empresas, executivos e ex-

executivos do Grupo Odebrecht, do qual a companhia faz parte, as quais resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, impossibilitando ao auditor determinar, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades.

d. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, constituída em 6 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 29 de abril de 2016.

e. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 31.137 mediante a emissão de 1.411.377 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 536.323 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$ 31.128 O Fundo integralizou os recursos na companhia em 13 de junho de 2014.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 49.628 mediante a emissão de 2.861.732 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 1.087.458 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$ 49.610. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 27 de novembro de 2014.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que foram emitidas em 31 de maio de 2016, sem modificação.

f. *J Malucelli Energia S.A.*

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 11 de fevereiro de 2016.

g. *Brado Logística e Participações S.A.*

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL - América Latina Logística S.A. (“ALL”) criou em 1º de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócios de contêineres da ALL.

A Brado Logística e Participações S.A. tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil e Mercosul, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga *reefer* e *dry*, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de março de 2016.

h. *Energimp S.A.*

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 1 de março de 2016 com ressalvas em relação (i) à não obtenção da confirmação dos valores a receber e a pagar, assim como as transações efetuadas com as partes relacionadas no exercício findo nessa data; (b) devido à inexistência de garantias firmes sobre a realização dos valores a receber de fornecedor em recuperação judicial, o ativo não circulante, o ativo circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior; (c) reavaliação das premissas adotadas no estudo de recuperabilidade do seu ativo intangível e até a data da emissão das demonstrações financeiras o referido estudo não foi concluído. A opinião

dos auditores apresenta ênfase relacionada às condições descritas no relatório que indicam a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A controladora da Companhia está em processo de recuperação judicial, desta forma, o FI-FGTS, com base na avaliação para fins de imparidade registrou nas demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2015 provisão para perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$ (288.437), relacionadas à sua participação na companhia.

i. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 26 de abril de 2016 com ressalva em relação a reclassificação de dívidas de longo prazo para o passivo circulante em virtude do descumprimento de alguns *covenants* vinculados a índices financeiros. A opinião dos auditores apresenta ênfase relativa a continuidade operacional da Companhia em virtude da possibilidade de vencimento antecipado de determinadas dívidas em virtude do descumprimento de alguns *covenants*.

j. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 20.908, mediante a emissão de 20.908.282 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 9.408.727 ações, no montante de R\$ 9.409, dos quais R\$ 717 foram integralizados em 30 de abril de 2014, R\$ 4.550 foram integralizados em 09 de maio de 2014, permanecendo o montante de R\$ 4.141 na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2014.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 17 de maio de 2016.

k. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, a companhia tem por objetivo social realizar investimentos no setor de óleo e gás. A

área de atuação da companhia compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração, unidades de armazenamento, perfuração, produção e/ou descarga, unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 18 de março de 2016 que contém ressalva com relação a recuperabilidade de um recebível contra a acionista controladora, o qual é garantido por carta fiança, cujo pagamento está sendo contestado judicialmente, bem como a não conclusão dos trabalhos de auditoria de certas investidas da Companhia. A opinião dos auditores apresenta ênfase relacionada a capacidade de efetuar novos aportes pela acionista controladora, haja vista aquele acionista estar em processo de recuperação judicial, bem como relacionadas a não conclusão, até a emissão da opinião dos auditores, da transferência de propriedade de determinadas SPE para as quais, segundo a OAS O&G houve comprometimento de aquisição da totalidade das ações pela Sete International Two. Na opinião dos auditores da OAS O&G tais apontamentos indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

l. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 82.000 e está representado por 82.000.000 ações nominativas, sendo 41.008.200 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais sem valor nominal.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2016.

m. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A., em 31 de dezembro de 2015 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 84.100 e está representado

por 84.100.000 ações nominativas, sendo 42.058.410 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2016.

6.3 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

A Companhia não apurou lucro nos exercícios de 2014 e 2015, e, portanto não havendo distribuição de dividendos. Conforme previsto em contrato não havendo dividendos para serem distribuídos pela Companhia, o saldo não pago poderá ser incorporado ao saldo devedor e pago posteriormente, ou ainda, poderá converter o saldo devedor em ações ordinárias em relação às quais o Fundo detém uma opção de venda contra os acionistas originais da Hidrotérmica. O saldo das ações preferenciais atualizado em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 271.967 (R\$ 246.709 em 2014) e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 101.576 (R\$ 70.145 em 2014).

6.4 Resultado de avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa

Equivalência Patrimonial

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas nos meses de fevereiro a maio de 2016. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado negativo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2015 monta a R\$ 706.991 (em 2014 resultado negativo de R\$ 43.665), e está registrado na rubrica “Equivalência Patrimonial”.

Valor recuperável dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2015 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresa especializada independente que considera o percentual de participação detido pelo Fundo, como o objetivo de verificar a existência de indícios de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi registrado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 468.010 (em 2014 reversão de R\$ 120.112), sendo registrado contabilmente na rubrica de “Ajustes de provisão para redução no valor recuperável”.

Movimentação provisão para redução ao valor recuperável

Investida	31/12/2014	Ajuste valor recuperável	31/12/2015
Cone S.A.	(404.070)	(16.980)	(421.050)
J.Malucelli Energia S.A.	(24.170)	20.776	(3.394)
Brado Logística e Participações S.A.	-	(182.148)	(182.148)
Energimp S.A.	-	(288.437)	(288.437)
Logbrás Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	-	(1.222)	(1.222)
Total:	<u>(428.240)</u>	<u>(468.010)</u>	<u>(896.251)</u>

Investida	31/12/2013	Ajuste valor recuperável	31/12/2014
Cone S.A.	(515.997)	111.927	(404.070)
J.Malucelli Energia S.A.	(32.355)	8.185	(24.170)
Total:	<u>(548.351)</u>	<u>120.112</u>	<u>(428.240)</u>

Metodologia de avaliação

O valor econômico e em uso das companhias investidas, utilizados para analisar para fins de registro da provisão ao valor recuperável, foram baseados na participação dos seus ativos, cuja análise foi realizada considerando como metodologia a Abordagem da Renda através do uso do Fluxo de Caixa Descontado. O valor econômico e o valor em uso de cada ativo foram estimados com base nos seus respectivos fluxos de caixa futuros. Dessa forma, a análise do valor econômico e do valor em uso foi baseada na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

O valor em uso conforme definido pelo CPC 01 “é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa”. Diferentemente do valor justo, que se baseia na perspectiva de participantes de mercado, o valor em uso é baseado nas perspectivas do atual dono do ativo. Adicionalmente, o valor em uso deve ser estimado para um ativo em sua condição atual, desta forma, foram considerados, para efeito de valor em uso, os projetos ou empresas que já possuem contratos assinados e, com os quais as companhias já estão comprometidas.

Para o cálculo da estimativa do valor das companhias em 31 de dezembro de 2015, foram considerados os principais procedimentos pelos especialistas:

- Obtenção de dados históricos contábeis, operacionais e gerenciais dos Empreendimentos;
- Análise do mercado em que os Empreendimentos estão inseridos;
- Projeção dos demonstrativos financeiros dos Empreendimentos (demonstração de resultados e fluxos de caixas livres para a empresa em cada um dos Empreendimentos) com base em informações disponibilizadas pela Administração e em análises de mercado;
- Cálculo da taxa de desconto que reflita adequadamente os riscos inerentes ao setor, sendo esta utilizada para trazer os fluxos de caixa livres para a empresa em cada um dos Empreendimentos a valor presente;

- Estudo de Valor dos Empreendimentos através da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Este método é reconhecido como o que mais apropriadamente traduz o valor econômico de um empreendimento, seja ele uma empresa ou um negócio integrante de uma estrutura maior, esteja ele em fase operacional ou de projeto; e
- Consolidação do valor dos Empreendimentos conforme participação de cada Holding e considerações dos ativos e passivos não operacionais dos Empreendimentos, das Holdings e Holdings intermediárias para obtenção do valor de 100% do capital da Empresa.

7 Investimento em ações com cotação em bolsa

Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura. A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru (controladora da La Virgen), Boa Vista Participações S.A. e Alupar Chile Inversiones SpA. A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 1.625.227, está representado por 461.243.596 (461.243.596 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e 163.658.204 (163.658.204 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. de ações ON	(%)	Qtde. de ações PN	Total de ações	(%)
Guarupart	387.609.996	84,04%	16.391.004	404.001.000	64,65%
FI-FGTS	29.243.000	6,34%	58.486.000	87.729.000	14,04%
Outros	44.390.600	9,62%	88.781.200	133.171.800	21,31%
Total	461.243.596	100%	163.658.204	624.901.800	100%

O Fundo recebeu a título de distribuição de dividendos intermediários em 2015 o montante de R\$ 35.092 (montante de R\$ 63.165 em 2014), de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na Companhia.

Valor de mercado das ações - Composição das Units

Em 31 de dezembro de 2015 a participação do FI FGTS na companhia está representado por 29.243 units, valorizadas no preço de mercado de R\$ 13,15 por ação, totalizando o montante de 384.545.

8 Valores a receber - Enegis S.A.

A Enegis, por ora chamada de Investidor no Plano de Recuperação Judicial, é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Enegis Paraíba, Enegis Sergipe e Enegis Borborema, e duas na Região Sudeste, Enegis Minas Gerais e Enegis Nova Friburgo. A Cia também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios. Em 2012, distribuiu 10.833 gigawatt-horas de Eletricidade.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Enegis, mediante a publicação da aprovação pela Aneel.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Enegis, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela ENERGISA em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da EEVP, pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573, na rubrica “Valores a receber”, apurando um resultado positivo no exercício de R\$ 445.176, registrado na rubrica “Rendas de valores a receber”, que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Em 30 de julho de 2015 o Fundo recebeu o montante de R\$ 28.617, referente ao pagamento de juros previstos na operação. Em 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado do crédito é de R\$ 724.435 (em 2014 - R\$ 724.735).

9 Outros Valores a receber - OAS S.A.

A OAS S.A., e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como, realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

Em 31 de março de 2015, o Grupo OAS apresentou à Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) de nove de suas empresas, a saber: OAS, Construtora OAS, OAS Empreendimentos, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso, OAS Investimentos, OAS Infraestrutura, OAS Imóveis, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited e OAS Finance Limited.

Em 17 de dezembro de 2015 a OAS teve seu o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) aprovado pelos credores e homologado em 28 de janeiro de 2016 pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Considerando que a emissão é garantida por penhor sobre 8.531.973 ações ordinárias, e 17.063.946 ações preferenciais de emissão da INVEPAR S.A. (“INVEPAR”), que representam aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR, o PRJ prevê a constituição de um veículo societário (SPE Credores), cujos cotistas serão determinados credores financeiros, incluindo FI-FGTS. Neste veículo serão integralizadas as ações da INVEPAR cedidas em garantia ao FI-FGTS e as ações da INVEPAR cedidas em garantia aos demais credores.

Desta forma, concluída a realização da alienação judicial, a SPE Credores irá deter 35.764.281 ações ordinárias e 69.117.379 ações preferenciais de emissão da INVEPAR (“Ações INVEPAR”) representando 24,44% do capital social dessa companhia.

De acordo com o PRJ, caso a SPE Credores venha a alienar a totalidade das Ações INVEPAR, será devido ao FI-FGTS a parcela correspondente a 24,40% dos recursos auferidos mediante a referida alienação, após deduzidos os custos e despesas incorridos pelo veículo societário.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado que o Fundo tem a receber da OAS S.A., é de R\$ 227.816.

Em decorrência do processo de recuperação judicial da OAS S.A., o Fundo figura como pólo ativo em litígio contra a companhia OAS S.A. e Construtora OAS S.A. (executada e fiadora, respectivamente), em decorrência do vencimento antecipado de obrigações do instrumento particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, série única, para distribuição privada da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória da OAS S.A.

10 Outros Valores a receber - Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A companhia e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré- Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Em 1 de fevereiro de 2013, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Em 19 de fevereiro de 2013 o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil S.A.

A Sete Brasil havia celebrado diversos contratos de financiamento na modalidade “empréstimos ponte” que seriam pagos mediante a liberação de recursos do financiamento de longo prazo que

seria contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porém não houve a contratação tampouco a liberação dos recursos previstos pela Sete Brasil.

Ao longo de 2015 o FI-FGTS notificou a Sete Brasil sobre o vencimento das debêntures, e também o Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), o qual garantia parcialmente a operação, para que pagasse os valores devidos pela Sete Brasil, e cobertos por essa garantia.

Provisão para redução ao valor recuperável

Adotando uma postura conservadora e transparente, a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do FI-FGTS, reconheceu nas demonstrações financeiras do Fundo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.870.901 (R\$ 188.237 em 2014) que representa a integralidade do saldo devedor das debêntures da Sete Brasil S.A. naquela data, deduzidos dos valores das garantias consideradas realizáveis. Os valores das garantias foram recebidos em evento subsequente, das ações do Banco do Brasil S.A.

Realização das garantias

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo devedor das debentures da Sete Brasil totalizava R\$ 2.840.214, garantidas parcialmente pelo FGCN, dentre outras garantias. Diante da solicitação do vencimento antecipado das debêntures ocorrido em 2015, o FI-FGTS executiu as garantias prestadas, de maneira que o FGCN liquidou parcialmente o valor garantido ao Fundo mediante a transferência de ações do Banco do Brasil código de negociação BBAS3, conforme segue:

Data	Ações	Valor unitário	Total
11/02/2016	43.379.728	R\$ 13,69	R\$ 593.868
24/02/2016	19.818.376	R\$ 13,52	R\$ 267.944
10/05/2016	5.308.633	R\$ 20,25	R\$ 107.500
Total:	68.506.737		R\$ 969.313

Outras informações

Em 29 de abril de 2016 a companhia deu entrada no plano de recuperação judicial, sendo que até a emissão destas demonstrações financeiras, ainda não havia sido deliberado pela aprovação do referido plano.

Até a conclusão deste relatório as demonstrações financeiras da companhia não haviam sido concluídas.

Vale ressaltar que em 29 de abril de 2016, último dia útil do último mês encerrado, o preço das ações do Banco do Brasil BBAS3 foi de R\$ 22,11. Sendo o FI-FGTS detentor de 68.506.737 dessas ações, o montante consolidado do valor de mercado da posição detida pelo FI-FGTS era de R\$ 1.514.684 o que representava um montante 56,26% maior do que o valor reconhecido dessas ações nas demonstrações financeiras do Fundo.

11 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a. 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e

- b.** 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

Os investimentos que compõe a carteira do Fundo percorrem todas as instancias de caráter deliberativo para dar sequência ao processo de aprovação, até a deliberação final do Comitê de Investimentos.

12 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a.** o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b.** o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,7071	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-
Demais aportes em 2014	790.675.995,4925	1.200.000
Demais aportes em 2015	-	-
Total aportado até 31/12/2015	20.172.649.229,4554	22.883.791

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS. Nos exercícios de 2015 e 2014 não houveram resgates deliberados pelo CCFGTS.

13 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Consequentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de

energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

c. Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em 31 de dezembro de 2015, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em bolsa, debêntures não conversíveis em ações e quotas de Fundos de investimentos, no montante de R\$ 21.655.965, dos quais, R\$ 4.118.587 são provenientes de entidades que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal, pelo suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”.

Tais situações incluem investimentos em: **a.** Ações das empresas Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) e Odebrecht Ambiental Participações S.A. no montante de R\$ 2.031.417 e R\$ 1.201.885, respectivamente; **b.** Debêntures da OTP no montante de R\$ 75.823; e **c.** Cotas de fundos de investimento em participações: FIP Saneamento (R\$ 90.600) e FIP Amazônia (R\$ 718.862), cujos relatórios dos auditores contiveram modificação devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações sobre as demonstrações financeiras daquelas entidades, ou ênfase relacionada a operação “Lava Jato”.

Todas as companhias investidas do Fundo, são monitoradas periodicamente, de forma a considerar eventuais riscos relacionados a cada operação, em complemento aos riscos de mercado, crédito e ou liquidez. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo, caso seja julgado necessário, eventuais provisões serão efetuadas de forma a registrar provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos e ou a medida em que tais valores sejam conhecidos.

Não obstante as ações tomadas recentemente pelas empresas investidas, o Fundo de investimento tem solicitado a administração das companhias investidas a adoção de diversas medidas para adequação do seu padrão de governança (ex. Implementação de avaliação e programas de conformidade e obtenção de certificações alinhados ao certificado “Pró Ética” da CGU.

A despeito da diligência da Administração na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

14 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi R\$ 272.127 (em 2014 - R\$ 255.278).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

15 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitadas ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 32.981.524 (R\$ 30.587.167 em 2014) são os seguintes:

	<u>Taxa de Administração</u>		<u>Outras despesas</u>	
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
31 de dezembro de 2015	272.127	0,83	4.380	0,01
31 de dezembro de 2014	255.278	0,83	8.202	0,02

16 Custódia

As operações compromissadas estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em bolsa estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. As ações com cotação em bolsa estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A. O controle das cotas de fundos investidos que compõe a carteira do Fundo, está sob responsabilidade do Administrador, ou de terceiros por ele contratado.

17 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

18 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foram os seguintes:

Data	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
31 de dezembro de 2014	1,579932	7,05
31 de dezembro de 2015	1,532010	(3,03)

19 Demandas judiciais

O Fundo figura como pólo ativo em um litígio classificado como provável pelos advogados responsáveis, em decorrência do assunto exposto na Nota Explicativa nº 9. Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais de cotistas contra a administração do Fundo.

20 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

21 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, somente contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

22 Partes relacionadas

Adicionalmente, as informações apresentadas na nota explicativa nº 12 - Integralização e resgate de cotas, o Fundo mantém em 31 de dezembro de 2015 um montante de R\$ 23.992 (2014 - R\$ 23.835) relativo a taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o exercício uma despesa com taxa de administração de R\$ 272.127 (2014 - R\$ 255.278).

23 Eventos subsequentes

Em 11 e 24 de fevereiro de 2016 o Fundo recebeu respectivamente 43.379.728 e 19.818.376 ações do Banco do Brasil S.A., código de negociação BBAS3 na Bovespa, em virtude da excussão de garantias das debêntures da Sete Brasil S.A., conforme informado na nota nº 10.

O Fundo adquiriu 267.393,188171 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, no montante de R\$ 175, integralizadas em 3 março de 2016.

O Fundo adquiriu 59.597.781,581985 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, no montante de R\$ 38.922, integralizadas em 7 março de 2016.

Em 20 de abril de 2016 ocorreu a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Alupar S.A., a qual deliberou, entre outras matérias, pela bonificação em ações aos acionistas da Companhia e consequente aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de parte da reserva de investimento da Companhia, desta forma o Fundo passou a deter 31.143.795 *units* daquela companhia.

Em 20 de abril de 2016 ocorreu reunião do Comitê de Investimentos do FIP Sondas o qual aprovou a autorização à Sete Brasil Participações S.A. para apresentação de pedido de recuperação judicial da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas. Em 29 de abril de 2016 a companhia protocolou junto à 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital Rio de Janeiro/RJ, o pedido de recuperação judicial, sendo que até a emissão destas demonstrações financeiras, ainda não havia sido deliberado o deferimento do pedido pelo Meritíssimo Juízo.

Em 6 de maio de 2016 o Fundo adquiriu 699,9 cotas do da segunda emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados IV Energisa Centro Oeste, no montante de R\$ 699.900, integralizadas na mesma data.

Em 10 de maio de 2016 o Fundo recebeu 5.308.633 ações do Banco do Brasil S.A., código de negociação BBAS3 na Bovespa, em virtude da excussão de garantias das debêntures da Sete Brasil S.A., conforme informado na nota nº 10.

O Fundo integralizou em 16 de maio de 2016 o montante de R\$ 112 no Fundo de Investimento em Participações Sondas, referentes a 112.013 cotas.

* * *

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente

Adenivaldo Nunes de Almeida
CRC 1BA016576/O-5 T SP



MINISTÉRIO DO TRABALHO
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS

Anexo II - Resolução CCFGTS nº 820, de 30 de agosto de 2016

O restante desta página foi deixada propositadamente em branco

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 820, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Aprova o Relatório de Gestão do FI-FGTS do exercício de 2015, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União, a título de prestação de contas anual.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e XIII do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso I do art. 17 da Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e

Considerando que o Relatório de Gestão do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), exercício 2015, apresentado pela Caixa Econômica Federal, na condição de Administradora e Gestora do FI-FGTS, foi elaborado conforme Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa nº 146, de 30 de setembro de 2015, e Portaria nº 321, de 30 de novembro de 2015, do Tribunal de Contas da União (TCU), e Portaria nº 500, de 8 de março de 2016, da Controladoria-Geral da União (CGU);

Considerando que, de acordo com o parecer da KPMG Auditores Independentes, exceto por ressalva relacionada aos investimentos em entidades que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela Polícia Federal, por suposto envolvimento na operação conhecida como “Lava Jato”, as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FI-FGTS em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações do exercício findo nessa data;

Considerando que, na manifestação da Auditoria Independente, não se verificou consignado apontamento que, de fato, contrarie definições exarada pelo Conselho Curador do FGTS acerca da exposição máxima de risco dos investimentos ou de limite máximo de participação dos recursos por setor, por empreendimento e por classes de ativos, conforme definidos na Política de Investimento do FI-FGTS, respeitados ainda os requisitos técnicos aplicáveis, bem como os dispositivos constantes da Lei nº 11.491, de 21 de junho de 2007, e da Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007;

Considerando que a Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho se posicionou como sendo competência do Conselho Curador do FGTS manifestar-se sobre as contas do FI-FGTS, nos termos do inciso IV do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso I do art. 17 da Instrução CVM nº 462, de 2007, da Comissão de Valores Mobiliários; e

Considerando que o FI-FGTS apresentou, ao final do exercício de 2015, a rentabilidade líquida das cotas de -3,03% e a rentabilidade acumulada, desde a sua criação, de aproximadamente 53,20%, superando, portanto, a rentabilidade mínima exigida, no mesmo período, em aproximadamente 19,49%;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), referente ao exercício 2015, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), a título de prestação de contas anual.

Art. 2º O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações que vierem a ser efetuadas pelos órgãos de controle, devendo, para isso, designar grupo de trabalho específico.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

Ministro de Estado do Trabalho
Presidente do Conselho Curador do FGTS